



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

—
2015

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO ANUAL TRANSPETRO 2015

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao encerrarmos o ano de 2015, compartilhamos nossos principais resultados, ações de melhoria e conquistas, diante de um cenário desafiador para a condução das nossas operações, caracterizado tanto pela difícil situação macroeconômica do País e do setor de petróleo, quanto pelas circunstâncias especiais do atual momento do Sistema Petrobras.

Adotamos um modelo de gestão mais ágil, funcional e sinérgico, priorizando a integração, a eficiência operacional e os melhores resultados econômicos e financeiros, ação também refletida na ampla reestruturação organizacional implementada em dezembro de 2015. Nossa nova estrutura garante a otimização de atividades e funções, reduz custos gerenciais e fortalece a governança, a gestão corporativa, o tratamento dos riscos empresariais e a manutenção de um ambiente íntegro e conforme em toda a Transpetro.

Vale destacar que os ajustes no modelo de gestão e na estrutura organizacional foram realizados de forma a preservar nossas especificidades e deixar a empresa ainda mais preparada para superar novos desafios, gerando oportunidades de negócios e a conquista de novos mercados, sempre ancorados na criatividade e competência de nossa força de trabalho.

Com o objetivo de fazer frente ao nosso papel estratégico, seguimos as diretrizes definidas pelo Plano Estratégico e o Plano de Negócios e Gestão estabelecidos pelo Sistema Petrobras.

O lucro líquido em 2015 foi de R\$ 1,033 bilhão, desempenho 14,1% superior a 2014, e a geração operacional de caixa (EBITDA) consolidada foi de R\$ 2,036 bilhões.

A área de Terminais e Oleodutos registrou, de janeiro a dezembro, uma movimentação de 620 milhões de metros cúbicos, 5,3% menor do que a de 2014. A área de Gás Natural movimentou em média, por dia, 74,84 milhões de m³, 1,3% a menos do que no ano anterior. Estes números refletem o comportamento do mercado de derivados de petróleo em 2015, que apresentou queda de consumo.

Na área de Transporte Marítimo, registramos a incorporação à nossa frota, de quatro novos navios construídos no Brasil – André Rebouças, Marclio Dias, José do Patrocínio e Oscar Niemeyer. A entrada em operação dessas novas embarcações moderniza nossa frota e reforça o desenvolvimento da logística de transporte do Sistema Petrobras.

Destacamos também, outras realizações expressivas. O credenciamento da Academia Transpetro pela Marinha do Brasil e sua certificação internacional, que viabilizou a realização interna de cursos essenciais para nossos tripulantes, possibilitando a otimização de recursos. Outra ação importante associada ao desenvolvimento e capacitação de nossas equipes foi o começo da sistematização da gestão do conhecimento associada à mobilidade interna, proporcionando a aceleração do aprendizado entre os participantes.

Também merece registro a utilização dos simuladores marítimos na capacitação de nossos profissionais nas operações de navios em monobóias, aumentando a segurança de nossas operações, com aplicação da mais moderna tecnologia.

Nosso compromisso e empenho com a área de Segurança, Meio Ambiente e Saúde se refletiu na evolução da redução de acidentes, cujos resultados foram ainda melhores na comparação com o ano anterior. Também, em 2015, concluímos o Programa de Redução de Acidentes (PRAC), que atingiu todos os seus objetivos ao qualificar ainda mais a força de trabalho na percepção de riscos.

Diversas entidades do País reconheceram nossa atuação em 2015. Na área de responsabilidade social, novamente conquistamos o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e o Selo de Empresa Amiga da Criança. Recebemos, pela 11ª vez, o prêmio de Maior e Melhor do Setor de Transporte Marítimo e Fluvial, concedido pela revista Transporte Marítimo. Outra conquista foi o segundo lugar na categoria transporte e logística na primeira edição do ranking Estadão Empresas Mais, do jornal O Estado de São Paulo.

Estamos cientes dos desafios que deveremos enfrentar em 2016 e reiteramos o compromisso de ampliar, cada vez mais, a sinergia com o Sistema Petrobras e suas subsidiárias, maximizando a utilização de nosso amplo e complexo conjunto de terminais, dutos e navios.

Agradeço, em nome da Diretoria da Transpetro, a todos os colaboradores da companhia pelo comprometimento, competência e esforço dedicados à empresa em 2015. Aproveito também para agradecer aos representantes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal pelo apoio e estímulo em todas as nossas ações. Tenho certeza de que, com união, estamos partindo para novas conquistas em 2016.

Antonio Rubens Silva Silvino

Presidente da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

2 PERFIL

A Petrobras Transporte S.A. – Transpetro foi criada em 12 de junho de 1998. É a principal empresa de transporte e logística de combustível do Brasil. Atua ainda nas operações de importação e exportação de petróleo e derivados, possuindo atualmente duas áreas de negócios: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo.

Como subsidiária integral da Petrobras, une as áreas de produção, refino e distribuição do Sistema Petrobras e também presta serviço a diversas distribuidoras e à indústria petroquímica. Desta forma, a Transpetro tem atuação nacional, com instalações em 20 das 27 unidades federativas do Brasil.

A companhia opera 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 49 terminais (21 terrestres e 28 aquaviários) e 55 navios-petroleiros, dos quais 20 desses estão sob a responsabilidade operacional da Transpetro Internacional (TIBV), subsidiária da empresa no exterior.

O desafio da Transpetro é levar aos mais diferentes pontos o combustível que promove o desenvolvimento econômico do Brasil. Suas operações também abastecem indústrias, termelétricas e refinarias, viabilizando a geração de riqueza para o País e para os brasileiros.

2.1 DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Missão

Atender às necessidades dos clientes de forma segura, rentável e integrada, com responsabilidade social e ambiental, no transporte e armazenamento de petróleo, derivados, gás, petroquímicos e biocombustíveis, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Visão

A Transpetro, transportadora do Sistema Petrobras, será inovadora e multimodal, pronta para atuar no exterior de acordo com as necessidades da Petrobras.

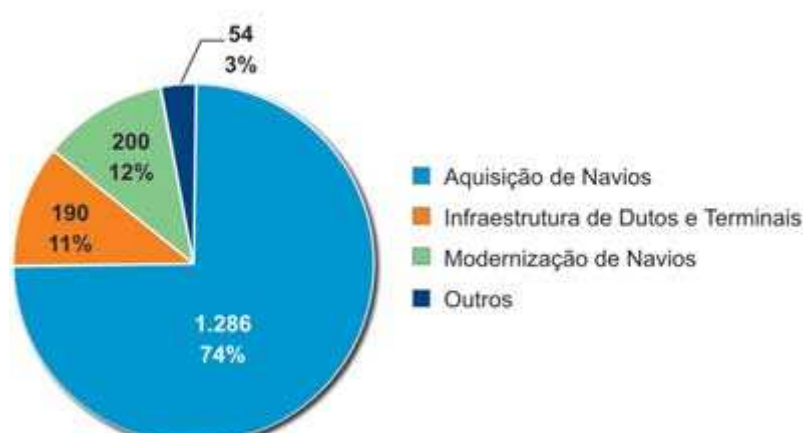
3 DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS

Em 2015, a movimentação nos terminais e oleodutos operados pela Transpetro foi de 620 milhões de m³, uma queda de 5,3% comparada ao ano anterior, resultado influenciado pelo cenário econômico do País e pelo comportamento do mercado de derivados de petróleo. A área de Gás Natural movimentou em média, 74,84 milhões de m³ de gás por dia. Já na área de Transporte Marítimo, incluindo nossa subsidiária TI BV, registramos a movimentação do volume de 66,3 milhões de toneladas de petróleo e derivados, 6,9% acima de 2014.

4 INVESTIMENTOS

A companhia realizou R\$ 1,729 bilhão em investimentos no ano de 2015. A carteira teve foco na aquisição de navios (Promef), em infraestrutura de dutos e terminais e em modernização de navios (docagens).

INVESTIMENTOS (em R\$ milhões)



5 ORGANIZAÇÃO E GOVERNANÇA

5.1 Estrutura Organizacional

Em 2015, a Transpetro aprimorou seu Modelo Organizacional. Foi implementada uma estrutura mais ágil, eficiente, de menor custo, maximizando a rentabilidade para o Sistema Petrobras.

Nossa estrutura geral de organização está assim configurada:



5.2 Governança Corporativa

O fortalecimento da governança, tratamento dos riscos empresariais e manutenção de um ambiente íntegro para os negócios da Transpetro marcam a atuação da companhia em nossos processos. Em 2015, integrado à revisão organizacional, foi criada uma estrutura de Governança, Riscos e Conformidade específica, em alinhamento e sinergia com a Petrobras.

A Transpetro desenvolve ações para fortalecimento da ética e para prevenção da corrupção, dentre as quais o Programa Transpetro de Prevenção da Corrupção (PTPC).

6 RECURSOS HUMANOS

Em 2015, novas iniciativas de gestão do conhecimento, mobilidade, desenvolvimento e sucessão, entre outras, foram implementadas objetivando o aumento da prontidão técnica e gerencial de forma coerente com as estratégias da companhia. O efetivo da Transpetro encerrou o ano com 7.220 empregados, número 2,7% menor que o de 2014.

7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Transpetro compartilha a Política de Responsabilidade Social do Sistema Petrobras, que estabelece uma forma de gestão integrada, ética e transparente dos negócios e atividades da companhia e das suas relações com todos os públicos de interesse.

8 ASSOCIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

8.1 Associações

A Transpetro integra, dentre outras, as seguintes instituições:

ABTP – Associação Brasileira dos Terminais Portuários
 ATP – Associação de Terminais Portuários Privados
 ARPEL – Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás da América Latina e Caribe
 CCMM – Centro dos Capitães da Marinha Mercante
 IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis
 IMO – International Maritime Organization
 ITOFP – The International Tanker Owners Pollution Federation Limited
 OCIMF – Oil Companies International Marine Forum
 SLOM – Sociedade Latino-americana de Operadores de Monobóias

8.2 Reconhecimentos

Foram os seguintes os principais reconhecimentos obtidos pela companhia em 2015:

PRÊMIOS MAIORES E MELHORES DE TRANSPORTE, concedido pela 11ª vez à companhia pela revista Transporte Moderno (categoria de Transporte Marítimo e Fluvial).

PRÊMIO ESTADÃO EMPRESAS MAIS, segundo lugar na categoria transporte e logística da primeira edição do ranking Estadão Empresas Mais, do jornal O Estado de São Paulo.

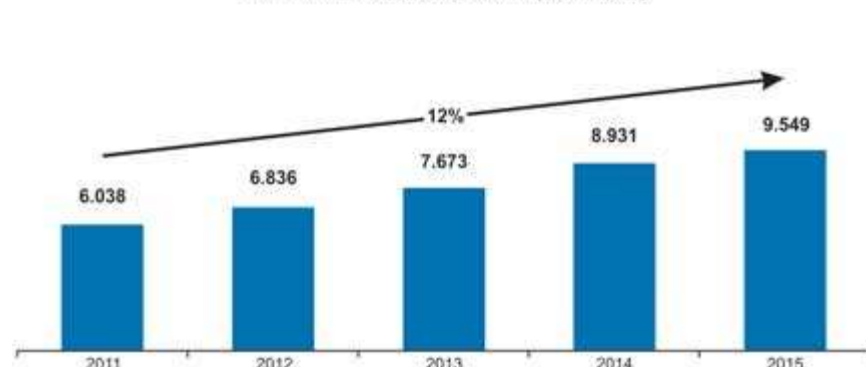
SELO PRÓ-EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA, concedido à Transpetro, pelo terceiro ano consecutivo, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do Governo Federal.

EMPRESA AMIGA DA CRIANÇA, recebido, pelo quinto ano consecutivo, o Selo da Fundação Abrinq.

9 RESULTADO FINANCEIRO OPERACIONAL

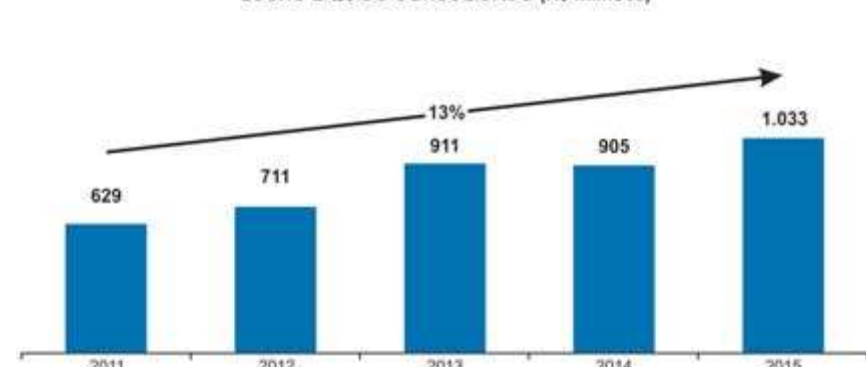
Em 2015, o faturamento consolidado da Transpetro foi de R\$ 9,549 bilhões, com receita operacional líquida de R\$ 8,309 bilhões, resultado 7,6% acima do obtido no exercício anterior. Desse valor, R\$ 6,484 bilhões foram gerados pelas operações de Dutos e Terminais e R\$ 1,825 bilhão pelo Transporte Marítimo, incluindo as operações da Transpetro Internacional (TI BV).

FATURAMENTO CONSOLIDADO (R\$ milhões)



O lucro líquido no exercício foi de R\$ 1,033 bilhão, desempenho 14,1% superior a 2014, e a geração operacional de caixa (EBITDA) consolidada alcançou R\$ 2,036 bilhões.

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO (R\$ milhões)



A movimentação nos terminais e oleodutos operados pela Transpetro em 2015 foi de 620 milhões de m³, uma queda de 5,3% comparada ao ano anterior, resultado influenciado pelo cenário econômico do País e pelo comportamento do mercado de derivados de petróleo. O volume médio de Gás Natural movimentado no período foi de 74,84 milhões de m³ por dia, e o segmento de Transporte Marítimo encerrou o ano com 55 embarcações, que movimentaram 66,3 milhões de toneladas de petróleo e derivados, 6,9% acima de 2014.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015 (Reapresentado)	2014	2015 (Reapresentado)	2014			2015 (Reapresentado)	2014		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	3.1(d) e 8	224.043	16.171	782.780	278.645	Financiamentos	30	171.301	130.783	171.301	130.783
Títulos/valores mobiliários	3.1(d) e 9	829.584	1.068.630	829.584	1.068.630	Fornecedores		328.511	357.053	379.158	391.887
Contas a receber	10	8.054	18.895	8.054	18.895	Contas a pagar a partes relacionadas	11	482.870	317.723	589.829	379.181
Contas a receber de partes relacionadas	10 e 11	1.150.067	1.048.735	1.122.507	1.034.418	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	138.512	156.996	141.286	158.512
Adiantamento a fornecedores		8.349	7.781	33.445	33.917	Salários, benefícios e encargos sociais a recolher		180.736	161.890	181.239	162.261
Sinistros avisados			1.377		2.898	Provisão para participação de empregados sobre o resultado	24	-	71.554	-	71.554
Estoques		71.038	52.824	71.038	52.824	Demais contas e despesas a pagar		24.732	20.981	24.732	20.981
Tributo a recuperar	12	287.021	195.610	287.267	195.758	Receitas a apropriar		554	553	554	553
Despesas antecipadas	13	20.755	8.583	99.727	58.376			1.327.217	1.217.533	1.488.099	1.315.712
Outros ativos circulantes		42.295	37.798	42.306	38.376	Não circulante					
		<u>2.641.206</u>	<u>2.456.404</u>	<u>3.276.708</u>	<u>2.782.737</u>	Financiamentos	30	3.906.421	2.818.029	3.906.421	2.818.029
Ativos destinados à alienação		-	-	-	-	Fornecedores		1.745	-	1.745	-
		<u>2.641.206</u>	<u>2.456.404</u>	<u>3.276.708</u>	<u>2.782.737</u>	Provisão para contingências	18	129.029	55.731	129.029	55.731
Não circulante						Contas a pagar a partes relacionadas	11	131.627	-	131.627	-
Realizável a longo prazo		48.233	44.731	48.233	44.731	Receitas a apropriar		6.312	6.866	6.312	6.866
Títulos e valores mobiliários		20.000	-	-	-	Passivo atuarial	19	447.766	395.405	447.766	395.405
Controladora, controladas e ligadas			-	-	-	Demais contas a pagar		20.000	-	20.000	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	14	78.582	5.014	78.582	5.014			<u>4.642.900</u>	<u>3.276.031</u>	<u>4.642.900</u>	<u>3.276.031</u>
Sinistros avisados			20.636		20.636	Patrimônio líquido					
Depósitos judiciais	18.(c)	122.160	90.826	122.160	90.826	Capital social realizado	21.(a)	3.403.344	3.403.344	3.403.344	3.403.344
Adiantamento para fornecedores		133.224	140.086	133.224	140.086	Reserva de capital	21.(b)	5.792	5.792	5.792	5.792
Demais ativos		16.115	-	16.115	-	Reservas de lucros	21.(b)	1.423.962	1.479.726	1.423.962	1.479.726
		<u>418.314</u>	<u>301.293</u>	<u>398.314</u>	<u>301.293</u>	Ajustes de avaliação patrimonial	22	471.622	126.873	471.622	126.873
Investimentos	15	1.039.278	632.968					<u>5.304.720</u>	<u>5.015.735</u>	<u>5.304.720</u>	<u>5.015.735</u>
Imobilizado	16 e 30	7.165.599	6.112.510	7.750.256	6.517.324	Total do passivo e patrimônio líquido					
Intangível		10.440	6.124	10.440	6.124			<u>11.274.836</u>	<u>9.509.299</u>	<u>11.435.719</u>	<u>9.607.478</u>
		<u>8.215.316</u>	<u>6.751.602</u>	<u>7.760.696</u>	<u>6.523.448</u>						
Total do ativo		<u>11.274.836</u>	<u>9.509.299</u>	<u>11.435.719</u>	<u>9.607.478</u>						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita líquida de serviços prestados	25	7.120.689	6.875.077	8.308.754	7.724.599
Custo dos serviços prestados	26.(a)	(4.452.473)	(4.100.397)	(5.504.315)	(4.853.962)
Lucro bruto		<u>2.668.216</u>	<u>2.774.680</u>	<u>2.804.439</u>	<u>2.870.637</u>
Despesas operacionais					
Vendas	26.(b)	(36.562)	(37.452)	(36.562)	(37.452)
Gerais e administrativas					
De administração	26.(c)	(939.996)	(915.296)	(944.964)	(919.286)
De honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	29	(11.166)	(9.585)	(11.166)	(9.585)
Tributárias	26.(d)	(33.330)	(25.784)	(33.330)	(25.784)
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	2	-	(256.664)	-	(256.664)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(251.190)	(118.822)	(291.148)	(118.835)
		<u>(1.272.243)</u>	<u>(1.363.603)</u>	<u>(1.317.169)</u>	<u>(1.367.606)</u>
Participação em controlada	15	91.676	91.714	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		<u>1.487.649</u>	<u>1.502.791</u>	<u>1.487.269</u>	<u>1.503.031</u>
Receitas financeiras	28	153.045	108.348	155.892	109.787
Despesas financeiras	28	(202.109)	(113.016)	(202.289)	(113.088)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(40.691)	(25.620)	(40.536)	(25.975)
		<u>(89.755)</u>	<u>(30.288)</u>	<u>(86.933)</u>	<u>(29.276)</u>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		<u>1.397.894</u>	<u>1.472.503</u>	<u>1.400.336</u>	<u>1.473.755</u>
Imposto de renda	14	(265.683)	(362.424)	(268.125)	(363.676)
Contribuição social	14	(99.242)	(134.219)	(99.242)	(134.219)
Lucro antes das participações dos empregados		<u>1.032.969</u>	<u>975.860</u>	<u>1.032.969</u>	<u>975.860</u>
Participações dos empregados	24	-	(70.500)	-	(70.500)
Lucro líquido do exercício		<u>1.032.969</u>	<u>905.360</u>	<u>1.032.969</u>	<u>905.360</u>
Lucro por ação básico e diluído - R\$	23	0,30	0,27		
Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício	21.(a)	3.403.344	3.403.344		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Lucro líquido do exercício		<u>1.032.969</u>	<u>905.360</u>	<u>1.032.969</u>	<u>905.360</u>
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão, líquidos dos efeitos tributários	19	30.348	4.108	30.348	4.108
Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego	19	(233)	(100.400)	(233)	(100.400)
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:					
Ajuste de conversão de investimento no exterior	15	314.634	100.804	314.634	100.804
Total de outros componentes do resultado abrangente		<u>344.748</u>	<u>4.512</u>	<u>344.748</u>	<u>4.512</u>
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		<u>1.377.717</u>	<u>909.872</u>	<u>1.377.717</u>	<u>909.872</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
		Capital social realizado	Incentivos fiscais	Legal	Lucros a realizar	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto			
Em 1º de janeiro de 2014		<u>3.202.960</u>	<u>5.792</u>	<u>303.455</u>	<u>1.239</u>	<u>33.893</u>	<u>345.768</u>	<u>816.958</u>	<u>122.361</u>	<u>4.832.426</u>
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	(162.643)	-	(162.643)
Saldo de abertura reapresentado		<u>3.202.960</u>	<u>5.792</u>	<u>303.455</u>	<u>1.239</u>	<u>33.893</u>	<u>345.768</u>	<u>654.315</u>	<u>122.361</u>	<u>4.669.783</u>
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	100.804	100.804
Remensuração passivo atuarial - Petro 2 e AMS	19	-	-	-	-	-	-	-	(96.292)	(96.292)
Integralização de capital conf. AGE de 01 de abril 2014		200.384	-	-	-	(16.228)	-	(184.155)	-	-
Dividendo adicional proposto	21	-	-	-	-	-	(345.768)	-	-	(345.768)
Complemento dividendo	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	905.360	-	905.360
Destinação do lucro										
Reserva legal	21	-	-	45.268	-	-	-	(45.268)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	24.701	-	(24.701)	-	-
Dividendos adicional proposto	21	-	-	-	-	-	835.391	(218.153)	(617.238)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	-	(218.153)	-	(218.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>3.403.344</u>	<u>5.792</u>	<u>348.723</u>	<u>1.239</u>	<u>42.366</u>	<u>835.391</u>	<u>252.008</u>	<u>126.873</u>	<u>5.015.735</u>
Ajuste de conversão de investimento no exterior		-	-	-	-	-	-	-	314.634	314.634
Remensuração passivo atuarial - Petro 2 e AMS	19	-	-	-	-	-	-	-	30.115	30.115
Dividendo adicional proposto	21	-	-	-	-	-	(835.391)	-	-	(835.391)
Lucros líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.032.969	-	1.032.969
Destinação do lucro										
Reserva legal	21	-	-	51.648	-	-	-	(51.648)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	21	-	-	-	-	31.575	-	(31.575)	-	-
Dividendos adicional proposto	21	-	-	-	-	-	948.411	(252.008)	(696.404)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	-	(253.342)	-	(253.342)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>3.403.344</u>	<u>5.792</u>	<u>400.371</u>	<u>1.239</u>	<u>73.941</u>	<u>948.412</u>	<u>-</u>	<u>471.621</u>	<u>5.304.720</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Atividade operacional				
Lucro líquido do exercício	1.032.969	905.360	1.032.969	905.360
Ajustes				
Participação em empresa controlada	(91.676)	(91.714)	-	-
Depreciação e amortização	473.448	385.670	563.059	444.018
Perda na recuperação de ativos	492		492	
Resultado com alienação/baixas de ativos	2.646	14.883	2.646	14.883
Variações financeiros sobre empréstimos e financiamentos	197.865	109.675	197.865	109.675
Encargos Fin. sobre Emprést. e Financ. de CP e LP com Empresas do Sistema	48.301	31.986	48.301	31.986
Varição cambial sobre operações com Empresas do Sistema	(8.052)	77	(8.053)	77
Rendimentos títulos e valores mobiliários	(132.944)	(104.742)	(132.944)	(104.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(89.201)	(24.974)	(89.201)	(24.974)
Provisão para devedores duvidosos	70	(3)	70	(3)
Provisão (Reversão) para contingências	73.298	39.547	73.298	39.547
Provisão atuarial com plano de pensão	99.510	253.922	99.510	253.922
Outros ajustes	5.298	91.188	(11.347)	85.470
Variações nos ativos e passivos				
Redução (aumento) de contas a receber de CP e LP	10.771	(35.419)	10.771	(35.419)
Redução (aumento) de estoques	(18.215)	(10.719)	(18.215)	(10.719)
Redução (aumento) de adiantamento a fornecedores - CP	(568)	2.639	472	(16.080)
Redução (aumento) de outros ativos circulante	68.154	28.444	70.242	28.394
Redução (aumento) de outros ativos não circulante	20.636	8.860	20.636	8.860
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(31.334)	(19.633)	(31.334)	(19.633)
Redução (aumento) de despesas antecipadas	(12.172)	(4.308)	(41.351)	(14.013)
Aumento (redução) de fornecedores	(20.490)	75.849	(4.674)	109.326
Imposto de Renda e CSLL pagos	(210.135)	(288.533)	(211.587)	(289.735)
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições de CP e LP	50.302	222.295	52.915	223.870
Aumento (redução) de salários, férias e encargos	18.847	92.930	18.977	93.251
Aumento (redução) de plano de pensão e de saúde	(1.401)	(323)	(1.401)	(323)
Aumento (redução) de PLR	(71.554)	1.833	(71.554)	1.833
Aumento (redução) de receita diferida	(554)	(825)	(554)	(825)
Aumento (redução) de outros passivos circulante	3.751	1.367	3.751	1.367
Aumento (redução) de outros passivos não circulante	21.745	-	21.745	-
Redução (aumento) de operações de CP e LP com empresas do sistema - contas a receber	(121.332)	(157.135)	(88.089)	(200.266)
Aumento (redução) de operações de CP e LP com empresas do sistema - contas a pagar	296.774	129.197	342.275	118.633
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.615.251	1.657.394	1.849.690	1.753.740
Atividade de financiamento				
Empréstimos e financiamentos de terceiros	628.836	487.113	628.836	487.113
Amortização principal - Financiamentos de terceiros	(143.904)	(98.093)	(143.904)	(98.093)
Amortização de juros de terceiros	(227.898)	(139.687)	(227.898)	(139.687)
Dividendos pagos	(1.088.165)	(742.641)	(1.088.165)	(742.641)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	(831.131)	(493.308)	(831.131)	(493.308)
Atividade de investimento				
Aquisição de bens imobilizado	(964.645)	(1.211.549)	(1.047.741)	(1.244.489)
Títulos e valores mobiliários	368.488	(263.779)	368.488	(263.779)
Receita com alienação de bens	19.908	31.209	19.908	31.209
Dividendos Recebidos	-	223.414	-	-
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(576.249)	(1.220.705)	(659.345)	(1.477.059)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	462.757	940.381	511.000	226.614
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.171	72.790	278.645	435.091
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	144.920	60.181
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	224.043	16.171	782.780	278.645
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	207.872	(56.619)	359.214	(216.627)
Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa				
Ajustes líquidos - adições de imobilizado	674.011	295.079	674.011	295.079
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-	256.664	-	256.664

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de serviços	8.360.814	8.081.076	9.548.878	8.930.598
Outras receitas operacionais	277.559	143.644	277.559	143.644
Receitas relacionadas a construção de ativos para uso	1.621.646	1.625.115	1.716.720	1.662.504
(-) Provisão devedores duvidosos	(70)	3	(70)	3
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(1.232.522)	(1.178.835)	(1.570.189)	(1.426.237)
Materiais consumidos	(222.719)	(186.007)	(245.824)	(208.951)
Energia, serviços de terceiros e outros	(2.601.730)	(2.471.395)	(2.741.595)	(2.512.880)
Créditos fiscais sob materiais consumidos	(7.451)	(6.704)	(7.451)	(6.704)
Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros	(194.712)	(178.311)	(194.712)	(178.311)
Perda e recuperação de ativos	(492)	-	(492)	-
Valor adicionado bruto	6.006.323	5.828.587	6.782.824	6.403.667
Depreciação e amortização	(473.448)	(385.670)	(563.059)	(444.018)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.526.875	5.442.916	6.219.765	5.959.648
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	91.676	91.714	-	-
Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais	188.356	122.963	191.622	124.409
	280.033	214.677	191.622	124.409
Valor adicionado total a distribuir	5.806.908	5.657.593	6.411.387	6.084.057
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	876.420	811.649	876.721	811.802
Participações de empregados	-	70.500	-	70.500
Honorários da diretoria e conselho de administração	11.166	9.585	11.166	9.585
Mão de obra adicional	570.306	517.223	571.223	518.599
Vantagens (alimentação transportes e outros)	185.849	252.960	186.528	253.526
Plano de aposentadoria e pensão	71.472	61.349	71.598	61.622
Plano de saúde	78.355	238.887	79.226	238.887
FGTS	53.169	50.981	53.169	50.981
	1.846.735	2.013.134	1.849.630	2.015.502
Entidades governamentais				
Impostos contribuições federais	1.389.175	1.368.210	1.391.646	1.369.483
Impostos contribuições estaduais	351.001	380.649	351.001	380.649
Impostos contribuições municipais	132.476	93.939	132.476	93.939
Imposto renda e contribuição social diferido	(89.201)	(24.974)	(89.201)	(24.974)
	1.783.452	1.817.824	1.785.923	1.819.097
Instituições financeiras				
Despesas financeiras e alugueis	1.143.751	921.275	1.742.865	1.344.098
Acionistas				
Lucros retidos	83.223	69.969	83.223	69.969
Remuneração ao acionista	949.746	835.391	949.746	835.391
Lucro do exercício	1.032.969	905.360	1.032.969	905.360
Valor adicionado distribuído	5.806.908	5.657.593	6.411.387	6.084.057

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro ("Companhia" ou "Transpetro") foi constituída em 12 de junho de 1998, como controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e tem por objeto social as operações de transporte e armazenagem de graneis, petróleo e seus derivados e de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações, próprias ou de terceiros, e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal; o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritariamente, a participação em outras sociedades controladas ou coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas. Atualmente, 98% das operações comerciais da Companhia são realizadas com as Empresas do Sistema Petrobras.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 16 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2. "OPERAÇÃO LAVA JATO" E SEUS REFLEXOS NA COMPANHIA

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando a apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Companhia, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Ex-executivos da Petrobras foram presos e/ou denunciados por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, como Paulo Roberto Costa (ex-diretor de Abastecimento), Renato de Souza Duque (ex-diretor de Serviços), Pedro José Barroso Filho (ex-gerente executivo de Serviços), Celso Araripe D'Oliveira (ex-gerente da Área de Serviços), Nestor Cuiat Cervero (ex-diretor da Área Internacional), Jorge Luis Zelada (ex-diretor da Área Internacional) e Eduardo Costa Vaz Musa (ex-gerente da Área Internacional). Outros ex-executivos e executivos de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação. Os valores pagos pela Petrobras no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Transpetro reconheceu uma baixa no montante de R\$ 256.664 de gastos capitalizados, referente a valores que a Transpetro pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

Como descrito a seguir, a Companhia tem monitorado continuamente as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados, não tendo identificado, na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares. A Transpetro prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

2.1. Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União (CGU) para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, em 2015 tomamos diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na "Operação Lava Jato".

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continuou a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de compliance.

Quanto aos sistemas de compliance, a Transpetro, dentre outras iniciativas, passou a utilizar um canal único de denúncias desenvolvido pela Controladora para todo o Sistema, recebidas por empresa independente. De forma aderente à Controladora a Transpetro desenvolve diversas ações para fortalecimento da ética e para prevenção da corrupção, dentre as quais destacam-se o Programa Transpetro de Prevenção da Corrupção (PTPC), a criação da Área de Governança, Riscos e Conformidade e a atuação da comissão de ética. Além disso, a Companhia revisou seus procedimentos e padrões de Contratação.

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como não conformidades relativas a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos comissões internas de apuração, cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras.

2.2. Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Transpetro alinhada a Petrobras utilizou uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Identificar a data e o montante exatos dos gastos adicionais impostos por fornecedores e empreiteiras à Companhia continua sendo impraticável em função das limitações descritas a seguir:

- As informações disponíveis para a Companhia, através dos depoimentos, identificam as empresas envolvidas no esquema de pagamentos indevidos, o período de tempo em que o esquema funcionou e indicam diversos contratos alvo dos atos ilícitos, porém não especificam os pagamentos específicos realizados no âmbito dos contratos e que incorporavam gastos adicionais, bem como os períodos em que os pagamentos que incorporaram gastos adicionais foram feitos.
- A Transpetro não fez qualquer desses pagamentos indevidos. Como eles foram feitos por empreiteiras e fornecedores, os valores exatos que foram gastos adicionalmente pela Companhia e usados para financiar pagamentos indevidos não podem ser identificados. Informações que determinem o montante que foi cobrado adicionalmente da Transpetro pelos membros do cartel não se encontram nos registros contábeis da Companhia, que refletem os termos dos contratos assinados por ela junto a seus fornecedores. Estes contratos tiveram seus preços elevados em função da atuação em conluio dos membros do cartel e ex-empregados da Petrobras acima indicados. Como a Companhia não consegue identificar o montante de gastos adicionais incluídos em cada pagamento no âmbito dos contratos de fornecimento ou o período específico em que os gastos adicionais ocorreram, não é possível determinar o período em que o ativo imobilizado deveria ser ajustado.
- Dois escritórios de advocacia contratados pela Petrobras, estão conduzindo uma investigação interna independente, sob a direção do Comitê Especial da Petrobras, porém a investigação interna independente está em andamento e não se espera que apresente informações quantitativas cuja natureza seja abrangente suficiente para embasar um ajuste nas demonstrações contábeis. Isso ocorre, pois as informações disponíveis aos investigadores são limitadas às informações internas da Petrobras e, dessa forma, não será possível identificar informações específicas sobre o montante que foi cobrado adicionalmente da Companhia. Como as supostas atividades de lavagem de dinheiro tinham o intuito de ocultar a origem dos recursos e o montante envolvido, não se espera a existência de registros específicos dessas atividades.
- As investigações em curso pelas autoridades brasileiras têm como foco determinar a responsabilidade penal dos investigados e não de obter de forma detalhada o montante exato dos gastos adicionais que foram cobrados da Petrobras pelos membros do cartel ou os valores utilizados por essas empresas para fazer os pagamentos indevidos. Além disso, o processo de investigação e avaliação de todas as provas e alegações pode durar vários anos.
- As autoridades brasileiras instauraram ações contra as empreiteiras e fornecedores e seus respectivos representantes nas quais buscam reparação por improbidade administrativa. Nessas ações, as autoridades aplicaram o percentual de 3% aplicado sobre o valor dos contratos com as empreiteiras e fornecedores para mensurar os danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos, de forma consistente com a metodologia utilizada pela Companhia para contabilizar os impactos. No escopo dessas ações também não é esperado que se produza um detalhamento completo de todos os pagamentos indevidos, mesmo após o longo período de tempo que as investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras podem levar. Adicionalmente, a legislação brasileira não permite, de forma ampla, acesso a registros e documentos internos dos fornecedores em ações cíveis e, portanto, não é esperado que estas ações produzam novas informações com relação a aquelas obtidas nas investigações e ações criminais.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a Petrobras desenvolveu uma metodologia para estimar o ajuste que foi feito no ativo imobilizado no terceiro trimestre de 2014, que envolve os cinco passos descritos a seguir:

- 1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.
- 2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depósitos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

O cálculo considerou todos os valores registrados nos registros contábeis da Companhia entre 2004 e setembro de 2014, referentes aos contratos inicialmente firmados entre 2004 e abril de 2012, bem como quaisquer aditivos firmados entre as empresas do sistema Petrobras e os membros do cartel (individualmente ou em consórcio). Esse escopo amplo de contratos foi adotado para gerar a melhor estimativa dos gastos adicionais, mesmo não havendo evidência de que todos os contratos assinados com as empresas em questão tivessem sido alvo do esquema de pagamentos indevidos. A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

A Companhia possui diversos projetos em construção cujo contrato original foi assinado entre 2004 e abril de 2012. A abordagem adotada para realizar os ajustes considera que os valores cobrados adicionalmente pelas empreiteiras e fornecedores foram aplicados sobre o valor total do contrato, ou seja, incluindo pagamentos que ainda serão incorridos em períodos futuros. Como é impraticável alocar os gastos adicionais impostos por essas empresas a períodos específicos no tempo, a parcela de gastos adicionais referentes a pagamentos que serão realizados no futuro pela Companhia já pode ter sido cobrada antecipadamente. Dessa forma, a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente incorporou o valor total dos contratos assinados e não apenas os valores referentes a pagamentos já efetuados. Contudo, conforme mencionado anteriormente, com base nas informações disponíveis, a Companhia acredita que a atuação do cartel associada ao esquema de pagamentos indevidos tenha sido interrompida após abril de 2012 e que, considerando os andamentos recentes das investigações criminais, os pagamentos indevidos relacionados ao esquema de pagamentos indevidos tenham sido interrompidos.

A Companhia considera ter adotado uma metodologia que produz a melhor estimativa de quanto seus ativos imobilizados estavam superavaliados como resultado do esquema de pagamentos indevidos, uma vez que utilizou como base um valor limítrofe dentre as estimativas consideradas razoáveis. Em sua estimativa, a Companhia considerou que todos os contratos com as contrapartes identificadas foram impactados e o percentual de 3% representa os valores adicionais impostos pelas empreiteiras e fornecedores, utilizados por essas empresas para realizar pagamentos indevidos. As duas emissões são corroboradas pelos depósitos, porém alguns depósitos indicam percentuais inferiores com relação a certos contratos, períodos menores de atuação do cartel (2006 a 2011), bem como o envolvimento de um número menor de fornecedores e empreiteiras.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares:

- Depósitos prestados no âmbito dos acordos de colaboração premiada celebrados pelo Ministério Público Federal e que não estão mantidos em sigilo;
- Ações de improbidade administrativa ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra membros do cartel pelos danos materiais atribuíveis ao esquema de pagamentos indevidos;
- Ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal contra indivíduos envolvidos no esquema de pagamentos indevidos, como representantes das empreiteiras, intermediários ou ex-empregados da Petrobras;
- Decisões do Judiciário nas ações de improbidade administrativa e ações penais ajuizadas pelo Ministério Público Federal: decretação de indisponibilidade de bens de parte dos réus, deferimento de pedidos de prisão provisória de investigados, recebimento de denúncias, entre outras;
- Sentenças de 1ª instância proferidas em parte das ações criminais ajuizadas pelo Ministério Público Federal;
- Acordo de leniência da empresa Setal Engenharia e Construções, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;
- Termo de Cessação de Conduta da empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa, participante do cartel, com as autoridades brasileiras;
- Nota Técnica nº 38/2015 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, que fundamentou a instauração de Processo Administrativo em face dos membros do cartel.

A Transpetro não acredita que novas informações oriundas das investigações da "Operação Lava Jato" pelas autoridades brasileiras, da investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia ou de novas comissões internas de apuração que venham a ser constituídas (ou revisões das comissões internas já concluídas) poderão impactar ou mudar de forma relevante tal metodologia. Não obstante esta expectativa, a Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis no Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Transpetro e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

(b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Transpetro foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(c) Demonstração do Valor Adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(d) Reapresentação de Cifras Comparativas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia modificou a prática contábil de reconhecimento de aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros como Caixa e Equivalentes de Caixa. Como consequência, valores relativos a parcela de aplicações financeiras em fundo de investimentos em direitos creditórios, classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício de 2014, foram reclassificadas e estão sendo reapresentadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários (R\$ 1.068.630) para melhor comparabilidade com o período atual. Estas reclassificações não afetaram o resultado e patrimônio líquido da Companhia. As seguintes alterações foram feitas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014:

	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Controladora			
Balanco patrimonial			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa.....	1.084.801	(1.068.630)	16.171
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	1.068.630	1.068.630

	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Consolidado			
Balanco patrimonial			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa.....	1.347.275	(1.068.630)	278.645
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	1.068.630	1.068.630

	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Controladora			
Fluxo de Caixa			
Atividade Operacional			
Rendimentos Títulos e Valores Mobiliários.....	-	(104.742)	(104.742)
Atividade de Investimento			
Títulos e valores mobiliários.....	(1.684)	(262.095)	(263.779)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa, líquidos			
Caixa no início do exercício/período.....	774.583	(701.793)	72.790
Caixa no final do exercício/período.....	1.084.801	(1.068.630)	16.171

	31 de dezembro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Consolidado			
Fluxo de Caixa			
Atividade Operacional			
Rendimentos Títulos e Valores Mobiliários.....	-	(104.742)	(104.742)
Atividade de Investimento			
Títulos e valores mobiliários.....	(1.684)	(262.095)	(263.779)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa, líquidos			
Caixa no início do exercício/período.....	1.136.884	(701.793)	435.091
Caixa no final do exercício/período.....	1.347.275	(1.068.630)	278.645

Como trata-se de uma reclassificação entre contas de ativo, não foram apresentadas as colunas de saldo de abertura no balanço patrimonial e na demonstração de fluxo de caixa. Os efeitos dessa classificação no saldo de abertura estão apresentados abaixo:

	01 de janeiro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Controladora			
Balanco patrimonial			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa.....	774.583	(701.793)	72.790
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	701.793	701.793

	01 de janeiro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Consolidado			
Balanco Patrimonial			
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa.....	1.136.884	(701.793)	435.091
Títulos e Valores Mobiliários.....	-	701.793	701.793

	01 de janeiro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Controladora			
Fluxo de Caixa			
Atividade Operacional			
Rendimentos Títulos e Valores Mobiliários.....	-	(51.486)	(51.486)
Atividade de Investimento			
Títulos e valores mobiliários.....	9.021	(232.387)	(223.366)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa, líquidos			
Caixa no início do exercício/período.....	457.009	(417.919)	39.089
Caixa no final do exercício/período.....	774.583	(701.793)	72.790

	01 de janeiro de 2014		
	Original	Ajuste	Representado
Consolidado			
Fluxo de Caixa			
Atividade Operacional			
Rendimentos Títulos e Valores Mobiliários.....	-	(51.486)	(51.486)
Atividade de Investimento			
Títulos e valores mobiliários.....	9.021	(232.387)	(223.366)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa, líquidos			
Caixa no início do exercício/período.....	634.425	(417.919)	216.506
Caixa no final do exercício/período.....	1.136.884	(701.793)	435.091

3.2. Consolidação

A Companhia é detentora de 98% do capital social da Fronape International Company - FIC e de 100% da Transpetro International BV - TIBV. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Transpetro e suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual essas empresas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com fornecedores, contas a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das controladas (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).

Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

3.5.2. Reconhecimento e mensuração

Instrumentos financeiros não derivativos incluem bancos, aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, arrendamentos a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, classificado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

3.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.5.4. Impairment de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Estes valores são apresentados líquidos da respectiva provisão para devedores duvidosos, que é constituída para os valores de terceiros, vencidos há mais de 180 dias, para os quais não haja expectativa clara de recebimento.

3.7. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são apresentados ao custo médio de aquisição, que não excedem os valores de mercado e/ou de reposição.

3.8. Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são apresentadas ao custo, e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

3.9. Demais ativos circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

3.10. Investimento em controladas

A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial, baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2015. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

3.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação e é depreciado pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa 16, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os ativos incluem os encargos financeiros incorridos durante o período de construção, despesas imputáveis à aquisição e perdas por não recuperação do ativo.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício social.

Os gastos relevantes com manutenção dos ativos relevantes (ex. navios), incluindo peças para reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios da campanha até a próxima manutenção relevante.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, no resultado, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade da Petrobras, mantidos pela Transpetro para uso na operação. Tais benfeitorias aumentam o uso do bem para campanha adicional e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Benfeitoria em Bens de Terceiros".
- Benfeitorias cujas obras ainda não foram concluídas tiveram seus gastos contabilizados em "Obras em Andamento".

3.12. Arrendamento mercantil

A Companhia classifica seus contratos como arrendamentos mercantis financeiros ou operacionais com base na substância do contrato, independentemente de sua forma. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. A substância econômica dos bens é reconhecida no imobilizado, com contrapartida da correspondente obrigação registrada no passivo, é depreciada pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos reconhecidos como despesa na demonstração de resultados pelo prazo de vigência do contrato.

3.13. Redução ao valor recuperável (ativos não financeiros)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base pro-rata.

3.14. Fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

3.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

3.16. Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.17. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado; é provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação e; o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.18. Benefícios pós-emprego a funcionários

3.18.1. Plano de contribuição variável (Plano Petros 2)

Em 2011 a Transpetro aderiu ao Plano Petros 2 na modalidade de contribuição mista. Nesse plano a contribuição é definida previamente e o benefício é calculado de acordo com a reserva acumulada até a aposentadoria do participante. Foi desenvolvido com base nas últimas tendências do mercado de previdência com características mais seguras e exposto a menos riscos.

No Plano Petros 2 o benefício é desvinculado do INSS, o que significa que a renda de aposentadoria e os critérios para elegibilidade aos benefícios independem das mudanças da Previdência Oficial. A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia.

A renda de aposentadoria será resultante do saldo acumulado das contribuições do participante e da patrocinadora, creditadas em contas individuais em nome de cada participante. O participante ativo poderá realizar contribuições adicionais e esporádicas com o objetivo de aumentar a sua reserva individual e, conseqüentemente, sua renda futura de aposentadoria.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

3.18.2. Plano de saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A partir de 2014, a Transpetro aderiu ao plano de assistência médica (AMS) para todos os empregados (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

3.19. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida no ativo ou no passivo, por entidade contribuinte.

3.20. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

Os ativos e passivos decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.21. Participação nos lucros

É reconhecido um passivo e uma despesa referente a participação dos empregados nos lucros e resultados.

3.22. Capital Social

As ações ordinárias nominativas estão representadas no patrimônio líquido (Nota 21(a)).

3.23. Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos, cujo benefício objetiva compensar. Quando se referir a um ativo, o benefício é reconhecido como receita diferida sendo alocada ao resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do item correspondente.

3.24. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas com base nos períodos em que as embarcações estão à disposição da Petrobras e nos volumes de petróleo, derivados e de gás em geral transportados, e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os bens ou os serviços são entregues (ii) o valor pode ser mensurado com segurança, (iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

3.24.1. Venda de serviços - Transporte marítimo

Tem como principal atividade a operação de embarcações para atendimento à logística da Controladora e o reconhecimento de sua receita ocorre pela disponibilidade diária por embarcação.

3.24.2. Venda de serviços - Oleodutos e terminais

Tem como principal serviço a movimentação de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e o reconhecimento de sua receita ocorre pela medição dos volumes de petróleo e derivados movimentados.

3.24.3. Venda de serviços - Gasodutos

Tem como principal serviço a atuação no processamento de gás e na operação e manutenção dos gasodutos. Sua receita se dá por Km de gasodutos sob o contrato de operação e manutenção e, também, pela operação e manutenção da planta de processamento de gás de Cabiuínas (vide nota 32).

3.24.4. Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.24.5. Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3.25. Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A distribuição de dividendos ou juros sobre Capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia (Nota 21(c)). Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é distribuído e reconhecido como passivo na data em que for aprovado pelo Conselho de Administração.

3.26. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em Conjunto"	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e ao IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determina que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende à definição de negócio (IFRS 3/CPC 15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto). Porém, se a venda ou o aporte não envolver um negócio, conforme definido pelo IFRS 3/CPC 15, eventual ganho ou perda deve ser reconhecido pelo investidor proporcionalmente à participação de terceiros na coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção do IFRS 16 que poderá causar um aumento significativo de ativos e passivos no seu balanço patrimonial consolidado.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) ainda não emitiu pronunciamento técnico equivalente ao IFRS 16, que deverá substituir o pronunciamento técnico CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, bem como interpretações correlatas, para a elaboração das demonstrações contábeis individuais.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os possíveis efeitos da revisão reconhecidos no presente exercício e em quaisquer períodos futuros que possam ser afetados.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão elencadas abaixo:

a) Recuperação estimada de ativos imobilizado

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e os demais relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do *impairment* dos ativos imobilizado exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável. As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 16.3.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativos e passivos e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperado.

A Companhia reconhece, quando aplicável, provisão para perda nos casos em que acredita que créditos fiscais não sejam totalmente recuperáveis no futuro. As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 14.

(c) Provisão para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, ambientais e cíveis. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa 18. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos cuja probabilidade de perda é provável e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados.

(d) Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

O valor atual de obrigações pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, que utilizam uma série de premissas.

Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada no fim de cada exercício. Essa taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações dos planos de pensão.

Adicionalmente, a Companhia avalia os ativos existentes para cobertura das obrigações atuariais a valor justo ao fim de cada exercício quando da preparação da sua avaliação atuarial.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Essas e outras premissas importantes (estimativas demográficas e econômicas, estimativas de custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários) são utilizadas para a determinação do cálculo atuarial, sendo revisadas anualmente pelo atuário independente. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa 19.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

• Visão geral

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, de natureza estratégica (governança e modelo de negócio), financeira (crédito, mercado e liquidez), operacional (processo, pessoal, informação, tecnologia e meio ambiente) ou de conformidade ("compliance"), garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente.

Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro preocupa-se com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações. Para auxiliar este processo implementou, em 2010, ferramenta específica que efetua análise de risco no processo de criação e concessão de perfis de acesso, o *GRC-AC (Governance, Risk and Compliance - Access Control)*.

(a) Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, 98% das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração não espera haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

(b) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros ao qual a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento das taxas de juros do mercado, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, conseqüentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2015 as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

(c) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, pois além das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também são realizados em dólar reduzindo os efeitos de variação cambial. Adicionalmente a Transpetro possui 98% das operações com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras.

(d) Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que se manteve em aproximadamente 7% a.a. em 2015. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2015, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo no resultado de aproximadamente R\$ 71.360 e R\$ 142.720 (R\$ 40.546 e R\$ 81.092 em 2014), respectivamente, considerando um possível aumento desta taxa.

(e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras do governo federal e financiamentos nos mercados locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Controladora 2015				
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 ano	2-5 ano	Mais que 5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas.....	614.497	482.870	-	131.627	-
Empréstimos e financiamentos (i).....	4.077.722	455.442	505.926	1.638.097	5.213.370
Fornecedores.....	330.256	328.511	1.745	-	-
Consolidado 2015					
	Valor contábil	Até 1 ano	1-2 ano	2-5 ano	Mais que 5 anos
Passivos financeiros					
Partes relacionadas.....	721.456	589.829	-	131.627	-
Empréstimos e financiamentos (i).....	4.077.722	455.442	505.926	1.638.097	5.213.370
Fornecedores.....	380.903	379.158	1.745	-	-

(i) Os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e parcelamentos. Estimativa de TJLP + 2,5% a.a.

As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração da Companhia.

A Administração entende não haver exposição significativa ao risco de liquidez uma vez que a comparação entre os direitos realizáveis e as exigibilidades indica que os recursos existentes são suficientes para cumprir suas obrigações financeiras de curto e longo prazo junto a terceiros, na data de seus vencimentos.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim sumarizados:

	Controladora	
	2015	2014 (Reapresentado)
Total dos empréstimos (Nota 29).....	4.077.722	2.948.812
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8).....	(224.043)	(16.171)
Dívida líquida	3.853.679	2.932.641
Total do patrimônio líquido.....	5.304.720	5.015.735
Total do capital	9.158.399	7.948.376
Índice de alavancagem financeira - %.....	42%	37%

	Consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)
Total dos empréstimos (Nota 29).....	4.077.722	2.948.812
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8).....	(782.780)	(278.645)
Dívida líquida	3.294.942	2.670.167
Total do patrimônio líquido.....	5.304.720	5.015.735
Total do capital	8.599.662	7.685.902
Índice de alavancagem financeira - %.....	38%	35%

5.3. Estimativa do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo determinado com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos de longo prazo com o BNDES, Caixa Econômica e o Banco do Brasil S.A., em 31 de dezembro de 2015, não difere significativamente de seu valor contábil. Conforme descrito na nota explicativa 30, estes empréstimos são considerados como empréstimos a valor de mercado, visto tratar-se de uma linha

de crédito pública (embora específica ao segmento) e sem similaridade nacional no que se refere à disponibilidade de recursos. As taxas vigentes para contratação em 31 de dezembro de 2015 são as mesmas taxas contratadas pela Companhia para os empréstimos já existentes naquela data, de TJLP + 2,5% a.a. (nível II).

A hierarquia dos valores justos dos ativos financeiros registrados como títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante, correspondente aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras e são classificados como de nível II por possuírem dados provenientes de mercado ativo (preço negociado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

5.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Consolidado 2015		
	Ativos ao Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa.....	782.780	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	877.817	-
Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido	-	1.130.561	-
Demais ativos circulantes.....	-	58.421	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	4.077.722
Partes relacionadas.....	-	-	721.456
Fornecedores.....	-	-	380.903
Demais contas e despesas a pagar.....	-	-	24.732

	2014 (Reapresentado)		
	Ativos ao Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros Passivos Financeiros
Ativos conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa.....	278.645	-	-
Títulos e valores mobiliários.....	-	1.113.361	-
Contas a receber de clientes e partes relacionadas, líquido	-	1.053.313	-
Demais ativos circulantes.....	-	38.376	-
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos.....	-	-	2.948.812
Partes relacionadas.....	-	-	379.181
Fornecedores.....	-	-	391.887
Demais contas e despesas a pagar.....	-	-	20.981

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	Controladora		Consolidado	
	2015 (Reapresentado)	2014	2015 (Reapresentado)	2014
Contas a receber de clientes				
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
Sistema Petrobras: B+.....	1.150.067	1.048.735	1.122.507	1.034.418
	1.150.067	1.048.735	1.122.507	1.034.418
Contrapartes sem classificação externa de crédito.....	8.054	18.895	8.054	18.895
	8.054	18.895	8.054	18.895
1.158.121	1.067.630	1.130.561	1.053.313	
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
Banco do Brasil: BB.....	185.906	12.232	186.094	77.346
Caixa Econômica Federal: BB.....	212	-	212	-
Bradesco: BB.....	27	-	27	-
Bank of America.....	-	-	56	-
Deutsche Bank: BBB+.....	-	298	31.693	11.778
	186.145	12.530	218.081	89.124
Aplicações financeiras				
Banco do Brasil: BB.....	34.760	-	561.560	185.880
	34.760	-	561.560	185.880

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015 (Reapresentado)	2014	2015 (Reapresentado)	2014
Caixa e numerários em trânsito.....	3.139	3.641	3.139	3.641
Conta corrente e depósito bancários de curto prazo.....	186.145	12.530	218.082	89.124
Aplicações financeiras.....	34.760	-	34.760	-
Aplicações financeiras no exterior.....	-	-	526.364	185.880
	224.043	16.171	782.345	278.645

As aplicações financeiras efetuadas pela Transpetro Internacional BV - TI BV, no exterior, em dólares norte-americanos, foram custodiadas pelo Banco do Brasil New York e rentabilizaram, em média, 0,76% em 2015 (0,66% em 2014).

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores registrados em Títulos e Valores Mobiliários, representavam, em sua maioria, valores aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras e por valores dados em garantia e bloqueios judiciais, conforme abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2015	2014 (Reapresentado)
Circulante		
Aplicações Financeiras - cotas do FIDC (i).....	829.584	1.068.630
Não circulante		
Bloqueios judiciais - FIDC (ii).....	48.219	44.716
Outros.....	15	15
	877.817	1.113.361

(i) Fundo de investimento, administrado pelo Itaú Unibanco, é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não "performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras, e visa à otimização da gestão financeira da caixa da Petrobras e suas subsidiárias. Em 2015 a rentabilidade anual deste fundo foi de 13,23% (10,81% em 2014) equivalente a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(ii) Bloqueio de cotas financeiras aplicadas no fundo de investimento do sistema Petrobras - FIDC (vide nota 8) para fazer face às demandas judiciais mantidas pela Companhia.

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Clientes				
Terceiros.....	12.572	23.343	12.572	23.343
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(4.518)	(4.448)	(4.518)	(4.448)
	8.054	18.895	8.054	18.895
Partes relacionadas (Nota 11).....	1.150.067	1.048.735	1.122.507	1.034.418
	1.158.121	1.067.630	1.130.561	1.053.313
Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:				
Controladora e consolidado			2015	2014
Saldo em 1º de janeiro.....	-	-	(4.448)	(4.451)
Adições.....	-	-	(84)	(19)
Baixas.....	-	-	14	22
Saldo em 31 de dezembro.....	-	-	(4.518)	(4.448)

11. PARTES RELACIONADAS

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras		Transpetro Internacional BV		Petrobras Distribuidora S.A.-BR TAG		Petrobras América Internacional		Logum Logística		Demais empresas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Controladora												
Receitas operacionais por prestação de serviços (i).....	7.795.658	-	-	-	59.450	321.388	-	-	-	-	8.176.496	7.950.143
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(692.389)	(619.390)
Afretamento/arrendamento.....	(692.389)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.701)	(12.120)
Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros.....	-	-	-	-	(16.701)	-	-	-	-	-	(16.701)	(12.120)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços.....	1.061.281	47.560	-	-	4.412	42.579	-	9.370	4.865	1.170.067	1.048.735	
Custo de pessoal cedido.....	(709.291)	-	-	-	-	-	-	-	-	(709.291)	(622.192)	
Contas a pagar.....	(596.637)	(7.521)	-	-	(9.306)	(3)	(858)	-	(172)	(614.497)	(317.723)	
Consolidado												
Receitas operacionais por prestação de serviços.....	8.983.722	-	-	-	59.450	321.388	-	-	-	-	9.364.560	8.799.665
Custo dos serviços prestados-Afretamento/arrendamento.....	(692.389)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(692.389)	(619.390)
Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros.....	-	-	-	-	(16.701)	-	-	-	-	-	(16.701)	(12.120)
Contas a receber, principalmente por prestação de serviços.....	1.061.281	47.560	-	-	4.412	42.579	-	9.370	4.865	1.122.507	1.034.418	
Custo de pessoal cedido.....	(710.332)	-	-	-	-	-	-	-	-	(710.332)	(623.588)	
Contas a pagar.....	(711.134)	-	-	-	(9.306)	(3)	(858)	-	(155)	(721.456)	(379.181)	

(i) Receitas operacionais brutas, antes das deduções dos encargos de vendas.



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

Impostos a recuperar	Controladora	
	2015	2014
ICMS	1.724	1.528
Imposto de renda e contribuição social (i)	186.227	103.685
COFINS (ii)	54.023	52.122
PIS (iii)	12.180	11.790
INSS (iii)	31.566	25.212
ISS	1.120	1.118
Outros	181	155
	<u>287.021</u>	<u>195.610</u>

- (i) O saldo em 2015 de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são originários, principalmente, das antecipações de pagamentos realizados durante os exercícios que geraram saldos negativos nos anos de 2014 e 2015.
- (ii) Os valores do PIS e da Cofins decorrem das retenções determinadas pela Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 realizadas pela fonte pagadora, em especial as receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados.
- (iii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/98, regulamentada pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo consolidado inclui os pagamentos dos aluguéis dos navios efetuados de forma antecipada pela investida no exterior TI BV. A variação no saldo deste grupo apurado em 2015 se deve principalmente ao aumento da taxa de câmbio no exercício.

14. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DIFERIDOS

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Segue movimentação dos impostos diferidos durante o exercício:

	Provisão Contingências	Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa	Provisão despesas de pessoal e PLR	Incentivos e benefícios fiscais	Passivo atuarial	Diferença de vida útil	Provisão para Perdas	Total
Saldo final 2013	5.503	1.513	32.296	6.516	16.195	(79.867)	-	(17.843)
Resultado	13.445	(1)	(8.326)	(764)	4.813	15.807	-	24.974
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(2.117)	-	-	(2.117)
Saldo final 2014	18.948	1.512	23.970	5.752	18.891	(64.060)	-	5.014
Resultado	24.922	24	(21.794)	(76)	6.729	(9.978)	89.376	89.202
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(15.634)	-	-	(15.634)
Saldo final 2015	43.870	1.536	2.176	5.676	9.986	(74.038)	89.376	78.582

A administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da solução final das contingências e eventos.

A reconciliação dos tributos sobre os Lucros apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2015 e 2014 estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Lucro antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores	1.397.894	1.402.003
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(475.284)	(476.681)
Juros sobre capital próprio	86.136	74.172
Adições/exclusões permanentes, líquidas (*)	(1.052)	(62.948)
Incentivos fiscais	12.584	8.398
Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT)	8.086	11.535
AMS Ativos e Inativos	(26.981)	(81.411)
Participações em Controladas	31.787	31.183
Outros	(201)	(892)
Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social	(364.925)	(496.644)
IR e CSLL correntes	(454.127)	(521.617)
IR e CSLL diferidos	<u>89.202</u>	<u>24.974</u>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - %	<u>26</u>	<u>35</u>

As despesas com os tributos sobre os lucros apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 2.727 relativa aos tributos devidos no exterior por sua controlada TI BV durante o exercício de 2015 (R\$ 1.398 em 2014).

(*) Adição permanente de 2014 impactada pela baixa referente ao ajuste pelo reconhecimento de fraudes em virtude da "Operação Lava Jato" (R\$ 266.949).

16. IMOBILIZADO

16.1. Composição

	Consolidado										Controladora
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Benfeitorias em bens de terceiros	Navios	Terrenos	Projetos de expansão Promef (nota 30)	Reformas de tanques em andamento	Outras obras em andamento	Ajuste Saldo de Contratos - OLJ (i)	Total	Total
Saldo em 1º de Janeiro de 2014	<u>17.666</u>	<u>181.255</u>	<u>725.540</u>	<u>1.821.790</u>	<u>12.177</u>	<u>1.591.549</u>	<u>1.012.060</u>	<u>230.294</u>	-	<u>5.592.331</u>	<u>5.208.450</u>
Adições	-	20.437	36.418	62.753	-	1.001.185	411.725	133.384	-	1.665.902	1.570.135
Baixas	-	(20)	(21.576)	(48.733)	-	(20.271)	(15.333)	(5.691)	(174.755)	(286.379)	(284.321)
Transferências	-	54.733	1.193.762	904.602	-	(904.395)	(1.151.769)	(96.933)	-	-	-
Depreciação	(1.338)	(81.235)	(252.196)	(119.761)	-	-	-	-	-	(454.530)	(381.754)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>16.328</u>	<u>175.170</u>	<u>1.681.948</u>	<u>2.620.651</u>	<u>12.177</u>	<u>1.668.068</u>	<u>256.683</u>	<u>261.054</u>	<u>(174.755)</u>	<u>6.517.324</u>	<u>6.112.510</u>
Custo	31.354	371.651	2.257.510	3.190.904	12.177	1.668.068	256.683	261.054	(174.755)	7.874.646	7.357.082
Depreciação	(15.026)	(196.481)	(575.562)	(570.253)	-	-	-	-	-	(1.357.322)	(1.244.572)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	<u>16.328</u>	<u>175.170</u>	<u>1.681.948</u>	<u>2.620.651</u>	<u>12.177</u>	<u>1.668.068</u>	<u>256.683</u>	<u>261.054</u>	<u>(174.755)</u>	<u>6.517.324</u>	<u>6.112.510</u>
Adições	-	61.114	60.712	180.008	-	1.322.645	134.871	209.252	-	1.968.602	1.638.914
Baixas	-	(58)	405	(16.718)	-	(87.882)	(6.203)	(4.210)	-	(114.666)	(114.666)
Transferências	-	103.967	472.263	1.567.067	-	(1.733.471)	(242.189)	(342.392)	174.755	-	-
Depreciação	(1.337)	(96.990)	(322.594)	(200.083)	-	-	-	-	-	(621.004)	(471.159)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>14.991</u>	<u>243.203</u>	<u>1.892.734</u>	<u>4.150.925</u>	<u>12.177</u>	<u>1.169.360</u>	<u>143.162</u>	<u>123.704</u>	-	<u>7.750.256</u>	<u>7.165.599</u>
Custo	31.354	420.395	2.734.439	4.847.539	12.177	1.169.360	143.162	123.704	-	9.482.130	8.667.536
Depreciação	(16.363)	(177.192)	(841.705)	(696.614)	-	-	-	-	-	(1.731.874)	(1.501.937)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	<u>14.991</u>	<u>243.203</u>	<u>1.892.734</u>	<u>4.150.925</u>	<u>12.177</u>	<u>1.169.360</u>	<u>143.162</u>	<u>123.704</u>	-	<u>7.750.256</u>	<u>7.165.599</u>
Vida útil estimada em anos	25	05 - 10	06 - 10	25							

(i) A transferência em 2015 se refere à alocação da baixa efetuada em 2014 para as respectivas classes de imobilizado no próprio ativo imobilizado.

16.2. Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques, definidas e atestadas pela Gerência Geral de Engenharia, têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

- Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2015, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 242.189 (R\$ 1.151.769 em 2014).
- Os gastos com reabilitação de tanques, no ano de 2015, foram transferidos para "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 134.871 (R\$ 411.725 em 2014).

16.3. Redução ao valor recuperável - Impairment

A Administração da Companhia avalia a cada fim de período se existem evidências de perda de recuperabilidade de seus ativos. Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações definida pela Companhia como unidade geradora de caixa composta por 44 navios e 4 comboios, foram consideradas, basicamente, as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil do navio que é de 25 anos, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual, que tem vida útil menor, e a expectativa de início de operação dos demais.
- A taxa de desconto utilizada considerou os modelos de financiamento de cada embarcação
- Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2015.
- Receita bruta: a receita foi projetada com base na taxa de frete diária que varia de um navio para outro com base na capacidade de armazenamento e transporte prevista para os contratos de 2016.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, manutenção e encargos, sendo considerados os custos atuais da Frota.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens estabelecido pela diretoria de transporte marítimo e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios.
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.
- A depreciação dos investimentos em manutenção (docagem) foi estimada pelo período de 2,5 anos.
- IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IR e CS) aplicada ao lucro antes dos impostos.

As premissas utilizadas para elaboração do teste foram submetidas a uma análise de sensibilidade. Sendo as mais relevantes, as taxas de fretes utilizadas para os Navios, bem como seus respectivos custos operacionais (opex) projetados em função da melhor estimativa da Companhia. Neste contexto, o resultado do teste nos cenários de variação de frete ou opex em 10% não apresenta indicativo de impairment.

A análise dos fluxos de caixa trazidos a valor presente, comparados com o valor contábil indicou que em relação aos ativos testados permanece a capacidade de geração de entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo. Logo, nenhuma provisão para perda se fez necessária no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Os valores devedores líquidos registrados em 2015 nos montantes de R\$ 58.763 e R\$ 19.819 para o IRPJ e CSLL, respectivamente, (R\$ 4.689 e R\$ 325, devedor, em 2014, respectivamente), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes principalmente de provisões para: contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias), créditos de liquidação duvidosa e principalmente pela adoção da Lei nº 12.973/14 que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil com base no CPC 27 e a depreciação fiscal prevista na IN SRF 162/98. Os respectivos efeitos foram integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício, conforme discriminado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo não circulante				
Provisão para contingências	129.029	55.731	129.029	55.731
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.518	4.448	4.518	4.448
Provisão para despesas de pessoal	6.401	-	6.401	-
Provisão para PLR	-	70.500	-	70.500
Provisão para perda com incentivos fiscais (i)	5.778	5.778	5.778	5.778
Benefício Fiscal - PAT (ii)	20.622	20.928	20.622	20.928
Passivo atuarial - plano Petros 2	29.369	55.561	29.369	55.561
Provisões para perdas (iii)	262.871	-	262.871	-
Passivo não circulante				
Diferença depreciação - revisão de vida útil de navios	(147.262)	(130.631)	(147.262)	(130.631)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de braços de carregamento de Terminais	(51.031)	(42.969)	(51.031)	(42.969)
Diferença depreciação - revisão de vida útil de tanques e dutovia de Suape	(19.465)	(14.812)	(19.465)	(14.812)
Alíquota vigente - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Impostos diferidos	<u>78.582</u>	<u>5.014</u>	<u>78.582</u>	<u>5.014</u>

(i) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de CSLL (alíquota 9%)

(ii) Benefícios de incentivos fiscais dedutíveis somente para fins de IRPJ (alíquota 25%)

(iii) Litígio referente ao IPTU (São Sebastião); Provisão para perdas lançada a resultado referente a eficácia de 6 contratos cancelados com o estaleiro EISA; e baixas de gastos com sinistros avisados (notas 27 e 30).

15. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

Conforme descrito na nota 3.2, a Transpetro é detentora de 98% do capital social integralizado da empresa Fronape International Company - FIC e de 100% do capital social integralizado da empresa Transpetro International BV (TIBV). Essas companhias estão sediadas nas Ilhas Cayman e Holanda, respectivamente, e tem como objetivo a exploração de transporte por meio de embarcações (vide nota 20).

Seguem abaixo as informações sobre as controladas (valores em milhares de US\$):

Controlada	% de Participação direta da Transpetro	Capital subscrito em 31 de dezembro de 2015	Quantidade de Ações/quotas	Valores em USD mil	
				Patrimônio líquido 2015	Lucro líquido/prejuízo 2014
Fronape International Company					
- FIC (i)	98%	0,1	101	2	(459)
Transpetro International BV - TIBV	100%	130.076	130.075.685	266.151	27.852
Movimentação dos saldos de investimentos:					

	2015	2014
No início do exercício	632.968	663.863
Equivalência patrimonial	91.676	91.714
Variação cambial em investimento no exterior (ii)	314.634	100.804
Pagamento de dividendos (iii)	-	(223.414)
No fim do exercício	<u>1.039.278</u>	<u>652.968</u>

(i) O processo de liquidação da empresa foi concluído em 03 de novembro de 2015 e a empresa foi considerada dissolvida em 03 de fevereiro de 2016 (nota 32), conforme Certificate of Dissolution (Assistant Registrar of Companies Cayman).

(ii) Refere-se ao ganho patrimonial apurado sobre a variação cambial, registrada em outros resultados abrangentes.

(iii) Em 24 de outubro de 2014 foi aprovada em reunião de diretoria através de ata (Written Resolutions) a distribuição de dividendos, pela Fronape International Company - FIC à controladora, no montante de US\$ 84.161 (R\$ 223.414), cujo pagamento ocorreu em 29 de dezembro de 2014.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora	
	2015	2014
Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i)	25.830	20.988
Imposto de renda retido na fonte - juros sobre capital próprio	38.001	32.723
ICMS a pagar	25.495	31.224
ISS a recolher	7.896	8.683
INSS a recolher	6.987	9.778
Contribuições trabalhistas a recolher	24.811	19.842
PASEP e COFINS a recolher	5.110	32.662
Outros	<u>4.382</u>	<u>1.096</u>
	<u>138.512</u>	<u>156.996</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2015 o saldo refere-se, principalmente: R\$ 24.576 (R\$ 19.304 em 2014) impostos de renda sobre folha de pagamento.

Os impostos a recolher apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas incluem também a provisão de R\$ 2.727 relativa aos impostos sobre o lucro apurado pela controlada TI BV durante o exercício de 2015 (R\$ 1.398 em 2014) e outros impostos no valor de R\$ 47 (R\$ 118 em 2014).

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

(a) Processos judiciais provisionados

	2015		2014	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Processos judiciais trabalhistas	121.844	102.514	(27.737)	47.067
Processos judiciais cíveis	7.039	4.086	(4.926)	7.879
Processos judiciais tributários	114	2.245	(2.192)	61
Processos judiciais ambientais	<u>32</u>	<u>108</u>	<u>(800)</u>	<u>724</u>
Total provisionado no passivo não circulante	129.029	108.953	(35.655)	55.731
Processos judiciais trabalhistas	47.067	37.705	(5.793)	15.155
Processos judiciais cíveis	7.879	7.699	(795)	975
Processos judiciais tributários	61	61	-	-
Processos judiciais ambientais	<u>724</u>	<u>714</u>	<u>(44)</u>	<u>54</u>
Total provisionado no passivo não circulante	55.731	46.179	(6.632)	16.184



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

(b) Processos judiciais não provisionados

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstramos a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

Atções	2015	2014
Cíveis e ambientais.....	47.763	116.250
Trabalhistas e previdenciárias (i).....	276.674	239.225
Tributárias (ii).....	240.842	697.901
	565.279	1.053.376

i. Trabalhistas e previdenciárias

Objeto	Valor da causa	Quantidade de processos
RMNR (Remuneração mínima).....	83.762	166 processos
Verbas rescisórias e trabalhistas.....	129.512	1.442 processos
Reparação de danos.....	54.285	355 processos
Demais ações.....	9.115	63 processos

ii. Tributárias

A redução ocorrida nos valores dos processos de natureza tributária do ano de 2014 para o ano 2015 deve-se a liquidação dos processos de execução fiscal impetrados pela Fazenda do Estado do Espírito Santo por falta de escrituração dos livros de registro de inventário relativos aos exercícios de 2004 à 2008. Em 2015, a Administração aderiu ao Programa de Refinanciamento de Dívida Tributária - REFIS ES com base na Lei Est. ES 10.376/15 e suas alterações quitando os referidos débitos. Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2015, segregados por esfera estão informados abaixo:

- Processo nº 0511598-36.2011.4.02.5101, referente a ação de execução fiscal proposta pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, em razão dos créditos tributários relacionados a não homologação das Declarações de Compensação do saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2005. A administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R\$ 163.131.
- Processo nº 2015.51.01.150119-5, referente a ação de execução fiscal proposta pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, em razão dos créditos tributários relacionados a não homologação das Declarações de Compensação do saldo negativo de CSLL do ano calendário de 2006. A administração da Companhia aguarda o julgamento dos embargos à execução interpostos por seus consultores jurídicos, que neste momento processual, classificam a probabilidade de perda decorrente deste processo como possível, tendo o Exequente atribuído à causa o valor de R\$ 37.361.

Em relação ao item 2, ressaltamos que no processo administrativo nº 16682.902828/2011-73, referente a não homologação das Declarações de Compensação do saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2006, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, deu provimento, por unanimidade, ao Recurso Voluntário interposto pela Companhia, em julgamento realizado em 03/02/2016.

(c) Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais	2015	2014
Cíveis e ambientais.....	31.226	27.084
Trabalhistas e previdenciárias.....	81.806	56.652
Tributárias.....	9.128	7.090
	122.160	90.826

19. PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

Obrigações registradas no balanço patrimonial com	Consolidado	
	2015	2014
Benefícios de planos de pensão.....	29.370	55.561
Benefícios de saúde pós-emprego.....	418.396	339.844
	447.766	395.405

Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com	Consolidado	
	2015	2014
Benefícios de planos de pensão.....	19.790	14.155
Benefícios de saúde pós-emprego.....	79.720	239.767
	99.510	253.922
Benefícios de planos de pensão.....	(45.981)	(6.226)
Benefícios de saúde pós-emprego.....	233	100.400
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício.....	(45.749)	94.174
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente.....	75.075	38.341

19.1. Plano de pensão - Plano Petros 2

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição mista. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo com renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2015, a quantidade de participantes total do plano é de 4.758 ativos e 76 assistidos (4.663 ativos e 100 assistidos em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 29.370 (R\$ 55.561 em 2014) sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

Valor presente das obrigações financiadas.....	Consolidado	
	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano.....	136.531	123.965
Passivo atuarial líquido.....	(107.162)	(68.404)
	29.370	55.561

Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com Benefícios de planos de pensão (i)	Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente.....	12.509	7.975
Juros líquidos sobre o passivo líquido.....	7.280	6.180
	19.790	14.155
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício.....	45.981	6.226
Imposto de renda e contribuição social.....	(15.634)	(2.118)
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício, líquidas dos efeitos tributários.....	30.348	4.108
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente, líquidas de efeitos tributários.....	71.306	40.958

(i) Em 2015, do total dos encargos registrados no resultado do exercício, R\$ 17.385 (R\$ 12.054 em 2014) referem-se aos funcionários ativos e foram registrados nos grupos de custo dos serviços prestados e despesas administrativas e R\$ 2.405 (R\$ 2.101 em 2014) referem-se a parcela de inativos registradas em outras despesas.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Em 1º de janeiro.....	Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente.....	123.965	69.240
Custo financeiro.....	17.284	7.975
Remensurações atuariais.....	16.221	8.354
Benefícios pagos.....	(15.822)	44.136
Benefícios pagos.....	(342)	(5.740)
Custo de Serviço Passado - Redução do Plano.....	(4.774)	-
Em 31 de dezembro.....	136.531	123.965

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

Em 1º de janeiro.....	Consolidado	
	2015	2014
Receita de juros sobre os ativos do plano.....	68.404	21.608
Remensurações atuariais.....	8.941	2.174
Benefícios pagos.....	30.159	50.362
Benefícios pagos.....	(342)	(5.740)
Em 31 de dezembro.....	107.162	68.404

As contribuições da parcela de benefício definido do Plano Petros 2 encontram-se suspensas conforme deliberação da administração do fundo de pensão.

As remensurações do passivo líquido do benefício definido ocorridas no exercício seguem evidenciadas abaixo:

Ganhos/(perdas) atuariais por Experiência demográfica.....	Consolidado	
	2015	2014
Ganhos/(perdas) atuariais por Mudanças em hipóteses financeiras.....	(49.994)	(39.349)
Ganhos/(perdas) atuariais por Mudanças em hipóteses demográficas.....	50.805	(12.317)
Ganhos/(perdas) atuariais por Mudanças em hipóteses demográficas.....	15.012	7.530
Ganhos/(perdas) atuariais por Retorno dos investimentos diferente do retorno implícito na taxa de desconto.....	30.159	50.362
Total de remensurações atuariais.....	45.981	6.226

19.1.1. Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira.

A composição dos ativos dos planos segue demonstrado:

Títulos Públicos.....	2015	
	31,31%	
Fundos de Investimentos.....	53,48%	
Ações.....	6,24%	
Investimentos Mobiliários.....	3,21%	
Outros.....	5,76%	
	100%	

19.1.2. Premissas atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 em 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Hipóteses financeiras	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Taxa de desconto (nominal) ao ano.....	14,65%	13,10%
Taxa de retorno (nominal) de ativos.....	14,65%	13,10%
Crescimento salarial.....	9,85%	10,21%
Inflação.....	6,87%	6,50%
Taxa de reajuste de benefício do plano.....	6,87%	6,50%
Fator capacidade.....	100%	100%

Hipóteses demográficas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tábua de Mortalidade.....	AT -2000 feminina suavizada em 10%	AT -2000 masculina e 20% feminina suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de inválidos.....	IABP 1957	IABP 1957
Tábua de entrada de invalidez.....	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Rotatividade.....	Nula	Nula
Composição familiar - ativos.....	76,81% dos homens e 39,36% das mulheres como casados e cônjuges 3 anos mais novos para participantes masculinos e 2 anos mais velhos para participantes femininos	80% casados e cônjuges 4 anos mais novos para participantes masculinos e 1 ano mais velho para participantes femininos
Composição familiar - assistidos.....	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro

19.1.3. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício pós-emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p. na taxa de desconto:

	2015	
	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto atuarial	15,65%	13,65%
Aumento/(redução) no custo do serviço.....	(1.967)	3.815
Aumento/(redução) no custo dos juros.....	(3.031)	4.950
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações.....	(27.922)	46.072

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão:

Benefícios pós-emprego ..	Menos de 1 ano Entre 1-2 anos Entre 2-3 anos Entre 3-4 anos Mais de 4 anos				
	5.227	5.485	5.790	5.849	114.180

19.2. Plano de assistência pós-emprego - AMS

Em 30 de junho de 2014, a Transpetro implementou o Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS para o período pós-emprego, beneficiando todos seus empregados no Brasil, aposentados, pensionistas e seus dependentes, conforme previsto no acordo coletivo de trabalho de 2013-2015.

O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Em 31 de dezembro de 2015 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 418.396, sendo a conciliação dos valores reconhecidos a seguinte:

Em 1º de janeiro.....	Consolidado	
	2015	2014
Implementação do plano em 30 de junho de 2014.....	339.844	170.946
Custo do serviço corrente.....	40.282	10.792
Custo financeiro.....	44.092	10.541
Remensurações atuariais.....	233	100.400
Contribuições pagas pela Companhia.....	(1.401)	(322)
Outros ajustes (i).....	(4.654)	47.487
Em 31 de dezembro.....	418.396	339.844

(i) Ajuste no saldo das obrigações atuariais em virtude de alterações na regulamentação do plano ocorrida em 2015.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido ocorridas no exercício seguem evidenciadas abaixo:

Ganhos/(perdas) atuariais por experiência demográfica.....	Consolidado	
	2015	2014
Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses financeiras.....	(17.359)	15.312
Ganhos/(perdas) atuariais por mudanças em hipóteses demográficas.....	727	86.012
Total de remensurações atuariais.....	16.865	(924)
	233	100.400

19.2.1. Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano de assistência pós-emprego - AMS em 31 de dezembro de 2015, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Taxa de desconto ao ano.....	14,69%	12,81%
Crescimento salarial.....	9,85%	10,52%
Inflação.....	6,87%	6,50%
Taxa de crescimento de custos.....	Tabela "Crescimento dos custos médicos 2015"	Tabela "Crescimento dos custos médicos 2014"

Hipóteses demográficas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tábua de Mortalidade.....	EX_PETROS 2013	EX_PETROS 2013
Tábua de Mortalidade de inválidos.....	AT 49 Masculina 10% agravada	AT 49 Masculina 10% agravada
Tábua de entrada de invalidez.....	TASA 1927	TASA 1927
Rotatividade.....	Tabela Rotatividade Transpetro 2015	Tabela Rotatividade Transpetro 2014
Composição familiar - ativos.....	76,81% dos participantes do sexo masculino e 39,36% do sexo feminino, foram considerados casados e cônjuges 3 anos mais novos para participantes masculinos e 2 anos mais velhos para participantes femininos. Ademais, 1,8 filhos do sexo feminino na idade de 15 anos na data do início de benefício	80% casados e cônjuges 4 anos mais novos para participantes masculinos e 1 ano mais velho para participantes femininos. Ademais, 01 filho do sexo feminino na idade de 22 anos
Composição familiar - assistidos.....	Família informada no cadastro	Família informada no cadastro
Entrada em aposentadoria.....	Masculino 57 anos e feminino 56 anos	Masculino 57 anos e feminino 56 anos

19.2.2. Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade do benefício de saúde pós-emprego, considerando o incremento e redução em 1% p.p. na taxa de desconto e na variação dos custos médicos hospitalares:

	2015	
	Cenário I	Cenário II
Taxa de desconto atuarial	15,69	Taxa de desconto 13,69
Aumento/(redução) no custo do serviço.....	(7.292)	9.450
Aumento/(redução) no custo dos juros.....	(5.499)	6.842
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações.....	(63.094)	82.845

Aumento/(redução) no custo do serviço.....	2015	
	Cenário I	Cenário II
Aumento/(redução) no custo dos juros.....	9.909	(7.777)
Aumento/(redução) no custo dos juros.....	12.753	(10.110)
Aumento/(redução) no valor presente das obrigações.....	86.800	(68.808)

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de saúde pós-emprego:

Benefícios pós-emprego ..	Menos de 1 ano Entre 1-2 anos Entre 2-3 anos Entre 3-4 anos Mais de 4 anos				
	4.861	5.969	7.631	8.874	391.061

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

A empresa controlada TI BV possui uma frota de 18 navios em operação arrendados de terceiros em contratos de afretamento de navios a casco nu do tipo "Bareboat Charter Party". Esses contratos de arrendamento foram assinados entre 2002 e 2012 com valores de pagamentos diários que variam de US\$ 16 Mil (R\$ 62,5 mil) a US\$ 35,5 mil (R\$ 138,6 mil) e possuem prazos de vigência entre 10 e 15 anos.

Na contratação dos navios Nordic Rio, Nordic Brasília, Stena Spirit, Nordic Spirit, Stavanger, Bergen e Gothenburg foram incluídas cláusulas de opção de compra ao término de cada contrato, com base em cotações de mercado à época e não caracterizavam preços de barganha nas datas de assinatura dos contratos. Os demais contratos não contemplam cláusulas de opção de compra.

Desta forma, a Transpetro possui a intenção de substituir os navios existentes ao término de cada contrato e de não exercer as opções de compra estabelecidas nos contratos dos sete navios supramencionados.

Os pagamentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2015 destes contratos estão segregados da seguinte forma, tal como determina a Deliberação CVM Nº 645/10 (CPC 06):

Até um ano.....	Valor presente dos pagamentos mínimos		
	Juros	pagamentos mínimos	pagamentos futuros mínimos
De dois a cinco anos.....	698.721	3.781	702.502
Acima de cinco anos.....	2.235.298	65.130	2.300.428
	1.878.173	152.721	2.030.894



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Arrendamento mercantil operacional (arrendador)

(a) Navios arrendados pela Transpetro

A Transpetro possui um contrato principal de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party" com a Petrobras, onde a frota principal de navios é disponibilizada às operações de sua Controladora sob o comando técnico e operacional da Transpetro. Esses contratos são negociados anualmente e utilizados como base para definição do fluxo de recebimentos dos exercícios seguintes.

Os recebimentos futuros mínimos, com base nos contratos que estipulam os valores para o exercício de 2015, estão estimados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos		Recebimentos futuros mínimos	
	Juros		Juros	
Até um ano	712.535		49.955	762.490

(b) Navios arrendados pelas controladas

A atual frota da empresa controlada T1 BV, composta de 20 navios (sendo 18 afretados e 2 próprios), é disponibilizada às operações da Petrobras, em contratos de afretamento marítimo do tipo "Time Charter Party". Esses contratos foram assinados entre 2012 e 2013, com prazo de vigência entre 4 e 15 anos e valores de afretamento que são renegociados ao final de cada ano. Os valores diários vigentes em 2015 variam entre US\$ 27,6 mil (equivalentes a R\$ 107,7 mil) e US\$ 58,4 mil (equivalentes a R\$ 227,9 mil). Os recebimentos futuros mínimos com base em 31 de dezembro de 2015 estão estimados da seguinte forma em milhares de dólares:

	Valor presente dos pagamentos mínimos		Recebimentos futuros mínimos	
	Juros		Juros	
Até um ano	347.877	1.918	349.795	
De dois a cinco anos	1.138.379	32.977	1.171.356	
Acima de cinco anos	834.171	66.427	900.598	

Os valores a serem recebidos podem variar de acordo com as flutuações do mercado de afretamento.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

Em 01 de abril de 2014, foi aprovado através de Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social mediante a emissão de 200.383.623 ações ordinárias, passando o capital social da Companhia de R\$ 3.202.960 para R\$ 3.403.344. O referido aumento ocorreu mediante a integralização de saldo parcial da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 184.155 e da totalidade do saldo de reserva de incentivos fiscais de exercícios anteriores no montante de R\$ 16.228.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, apropriada no resultado do exercício em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, incluído pela Lei nº 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2015, foi destinado ao resultado o valor de R\$ 31.575 (R\$ 24.701 em 2014) referente aos incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, após aprovação destes órgãos, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

• Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída em 1999, ou seja, anteriormente à vigência da Lei nº 10.303/01, com parcela do resultado de equivalência patrimonial em controlada, que será transferida para lucros acumulados e computada no cálculo do dividendo obrigatório quando do recebimento de dividendos da controlada.

• Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia de acordo com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve retenção de lucros, sendo todo o lucro ajustado distribuído ao acionista. Em complemento aos dividendos propostos para o exercício de 2015, foi destinado o montante de R\$ 252.008 (R\$ 218.153 em 2014) referente a lucros apurados em exercícios anteriores.

(b.2) Reservas de capital

• Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte de seu imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta do dividendo relativa ao exercício de 2015, que está sendo encaminhada pela Administração da Transpetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, é de R\$ 1.201.754, sendo R\$ 696.404 a título de dividendos e R\$ 253.342 como juros sobre capital próprio, que correspondem a totalidade do lucro líquido ajustado do exercício no montante de R\$ 949.746, acrescido de parcela de lucros apurados em exercícios anteriores no montante de R\$ 252.008.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2014, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2015 e deliberada através da Assembleia Geral Ordinária, foi de R\$ 1.053.544, que correspondeu a totalidade do lucro líquido ajustado do exercício no montante de R\$ 835.391, acrescido de parcela de lucros apurados em exercícios anteriores no montante de R\$ 218.153. Em 01 de abril de 2014, através de Assembleia Geral Ordinária, foi autorizado o pagamento desses dividendos a Controladora.

Os dividendos do exercício de 2015 e 2014 foram calculados sobre o lucro, conforme se segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	1.032.969	905.360
(-) Reserva legal	(51.648)	(45.268)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(31.575)	(24.701)
Lucro para determinação do dividendo	949.746	835.391
Dividendos mínimos obrigatórios:		
Juros sobre capital próprio	253.342	218.153
Remuneração mínima ao acionista 25% (I)	253.342	218.153

(i) O montante de R\$ 253.342 foi pago antecipadamente durante o exercício de 2015 e é R\$ 15.905 superior à remuneração mínima obrigatória de 25%, conforme aprovado pelo acionista controlador.

22. AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

(a) Ajuste acumulado de conversão

Diferenças de conversão para real das demonstrações contábeis de controlada com moeda funcional diferente da controladora

(b) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social

23. RESULTADO POR AÇÃO

	2015	2014
Lucro atribuível ao acionista controlador	1.032.969	905.360
Quantidade de ações	3.403.344	3.403.344
Lucro por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período	0,30	0,27

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

24. PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS

A participação de empregados nos resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas, ou em acordos com os empregados, ou com as entidades sindicais.

Diante disso, em 2015 ficou estabelecido pela administração da Companhia que não será realizada provisão para participação de empregados. Em 2014, registrou uma provisão no valor R\$ 70.500, respeitando os limites estabelecidos pela Resolução nº 10, de 30 de maio de 1995, do Conselho de Controle das Empresas Estaduais - CCE, conforme instruções emitidas pela Controladora (Ofício 1.939/2009-SE/MME e Ofício 703/DEST-MP).

Com relação à provisão do exercício de 2014, a Transpetro em função das negociações do acordo coletivo reverteu o valor da provisão em R\$ 963 e contabilizou tal reversão no resultado do exercício de 2015 no grupo de outras receitas e despesas operacionais (Nota 29).

25. RECEITA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de serviços prestados	8.360.814	8.081.076	9.548.878	8.930.598
Encargos sobre serviços	(1.240.124)	(1.205.999)	(1.240.124)	(1.205.999)
Receita líquida de serviços prestados	7.120.689	6.875.077	8.308.754	7.724.599

26. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS OPERACIONAIS

(a) Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Custo de pessoal	1.418.438	1.392.720	1.418.074	1.392.871
Custo de material	205.917	175.734	229.022	198.677
Custo de serviços	1.418.023	1.393.603	1.729.363	1.620.319
Depreciação e amortização	461.602	376.291	538.485	406.886
Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc-Terceiros	683.077	616.932	1.281.566	1.039.232
Outros custos	265.416	145.117	307.804	195.977
	4.452.474	4.100.397	5.504.315	4.853.962

(b) Despesas com vendas

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
Despesas de pessoal	28.379	27.157
Despesas com material	20	32
Despesas com serviços	6.737	8.552
Depreciação e amortização	6	7
Outras despesas	1.420	1.704
	36.562	37.452

(c) Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas de pessoal	541.495	517.799	543.110	519.197
Despesas com material	1.955	2.299	1.958	2.304
Despesas com serviços	302.929	315.327	305.363	317.714
Depreciação e amortização	10.213	9.372	10.213	9.372
Outros custos	83.405	70.499	84.320	70.699
	939.996	915.296	944.963	919.286

(d) Despesas tributárias

	Controladora e consolidado	
	2015	2014
IPTU	20.087	21.174
Taxas federais	2.047	2.149
Impostos federais - COFINS	5.686	1.007
Outras despesas	5.510	1.454
	33.330	25.784

27. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de multas contratuais	17.617	3.500	17.617	3.500
Recuperação de despesas contratuais	9.943	4.517	9.943	4.517
Relações institucionais	(16.727)	(24.627)	(16.727)	(24.627)
Abono concedido (Acordo coletivo de trabalho)	(77)	(56.721)	(77)	(56.721)
Complemento da PLR - exercício anterior	2.017	(31.199)	2.017	(31.199)
Prejuízos Patrimoniais com sinistros (i)	(29.250)	-	(69.209)	-
Provisão para contingências (ii)	(73.298)	(39.547)	(73.298)	(39.547)
Perda Projetos - Eficácias - PROMEF EISA (iii)	(54.779)	-	(54.779)	-
Ganho (perda) de alienação de imobilizado	1.779	(6.479)	1.779	(6.479)
Baixa de imobilizado	(4.425)	(8.404)	(4.425)	(8.404)
Juros líquidos inativos - planos Petros 2	(2.405)	(2.101)	(2.405)	(2.101)
Receita de incentivos, doações e subvenções governamentais (iv)	31.575	24.701	31.575	24.701
Provisão IPTU (v)	(146.087)	-	(146.087)	-
Outras receitas	12.927	17.538	12.929	17.525
	(251.190)	(118.822)	(291.148)	(118.835)

i. Basicamente gastos para promover a adequação da área afetada pelo vazamento de água oleosa em um dos tanques da embarcação Navion Gothenburg, afretado pela Transpetro International BV, no Terminal da Baía de Ilha Grande, bem como baixa de valores anteriormente registrados em sinistros avisados, que não se qualificam para reconhecimento no ativo imobilizado.

ii. Constituição de provisão para contingências, com base em informações dos assessores jurídicos e nos históricos referentes às quantias reivindicadas para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

iii. Baixa dos valores relativos às eficácias em virtude do cancelamento do Contrato de Construção dos navios de Produtos junto ao Estaleiro EISA (nota 30).

iv. Incentivos para subvenções de investimentos no Norte e Nordeste, no âmbito da SUDENE e SUDAM, com redução de 75% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração de atividades incentivadas e parcela realizada de ativos vinculados ao incentivo de Reinvestimento.

v. Provisão de valores devido a ações judiciais impetradas pela Petrobras, por solicitação e anuência da Transpetro, para a contestação de valores cobrados de Imposto Territorial Urbano - IPTU pela prefeitura municipal de São Sebastião referente aos exercícios de 2013, 2014 e 2015.

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

(a) Despesas financeiras

	Consolidado	
	2015	2014
Juros de empréstimos (PROMEF)	(197.748)	(111.230)
Outras despesas financeiras	(4.540)	(1.858)
	(202.289)	(113.088)

(b) Receitas financeiras

	Consolidado	
	2015	2014
Rendimentos de aplicações financeiras	138.949	106.136
Outras receitas	16.943	3.651
	155.892	109.787

29. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS (EM REAIS)

No exercício de 2015, a maior e a menor remuneração, em reais, atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes e dirigentes, relativos ao mês de dezembro, foram de R\$ 92.422 e R\$ 1.722 respectivamente (R\$ 85.505 e R\$ 1.722 em 2014). A remuneração média naquele mês foi de R\$ 10.460 (R\$ 9.619 em 2014).

Os salários, encargos, contribuição de seguridade social e participação nos lucros da empresa em 2015 totalizaram R\$ 2.013.187 (R\$ 2.118.850 em 2014).

A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria e Conselho de Administração durante o exercício de 2015 totalizou em R\$ 11.166 (R\$ 9.585 em 2014).

30. PROMEF - PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA FROTA

A Transpetro iniciou o ano de 2015 com contratos assinados de compra e venda condicionada de navio com estaleiros nacionais para a construção de 46 navios e 20 comboios, no valor total de R\$ 11.1 bilhões.

Durante o exercício de 2015, foram rescindidos os contratos referentes a 2 navios tipo gaseiro no valor de R\$ 305.713 com o estaleiro Promar e 8 navios de produtos no valor de R\$ 1.214.608 com o estaleiro EISA Petro-UM. Além disso, 3 navios Panamax com sua construção já iniciada com o estaleiro Eisa Petro-UM também tiveram seus contratos rescindidos.

Com relação ao cancelamento dos 8 navios tipo produto, a Companhia acionou a Caixa Econômica Federal para recebimento das 8 cartas de fiança no montante de R\$ 71.009. Deste total R\$ 16.230 (2 cartas) foram recebidas e as demais, por estarem em disputa judicial, foram baixadas a resultado (R\$ 54.779).

Com relação aos contratos de construção de 3 Navios Panamax junto ao estaleiro EISA, a Transpetro acionou a seguradora para recebimento do sinistro. A Companhia iniciou um plano para avaliar a conclusão dos respectivos Navios. O valor imobilizado em 31/12/2015 é de R\$ 467.166.

Até 31 de dezembro de 2015 os seguintes navios relacionados ao programa já foram entregues: Celso Furtado, João Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Rômulo de Almeida, Zumbi dos Palmares, José Alencar, Dragão do Mar, Henrique Dias e Anita Garibaldi, André Rebouças, Oscar Niemeyer, Marcílio Dias, José do Patrocínio e o 1º e 2º Comboio.

Abaixo, é demonstrado a situação atual:

PROMEF I e II			
Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R\$ (mil)
10	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2.852.181
5	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.266.902
4	Tanque/Produto	Estaleiro Mauá-Petro UM S.A.	651.687
4	Panamax	EISA-Estaleiro Ilha S.A.	910.664
3	Suezmax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.785.654
4	Aframax	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	1.141.147
6	Gaseiros	Estaleiro Promar S.A.	617.576
			9.225.811

PROMEF HIDROVIA			
Qtd.	Tipo	Estaleiro	Valor R\$ (mil)
20	Comboios	Estaleiro Rio Tietê	432.316
			432.316

A captação desses recursos (PROMEF I, II e HIDROVIA) foi feita junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal S.A. com recursos do Fundo de Marinha Mercante - FMM nas seguintes condições:

Programa	Taxa de juros
PROMEF I	TJLP + 2,5% a.a.
PROMEF II	TJLP + 2,0% a.a. para nacionais e 3% para importados
PROMEF Hidrovia	TJLP + 2,0% a.a. para nacionais e 3% para importados
Partes responsáveis pelos aportes financeiros	Percentual de participação
Transpetro através de recursos próprios	10
BNDES e Banco do Brasil - financiamento à Transpetro	36
Estaleiro através de recursos próprios	8
BNDES e Banco do Brasil S.A. - financiamento aos Estaleiros	46
Partes responsáveis pelos aportes financeiros (Hidrovia)	Percentual de participação



Petrobras Transporte S.A.

CNPJ Nº 02.709.449/0001-59 – Empresa do Sistema Petrobras

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2015 e 2014 (circulante e não circulante):

Banco	Em dezembro de 2014	Transferências	Captações (+)	Amortizações (-)	Juros capitalizados (+)	Juros a resultado (+)	Assunção de dívida	Em dezembro de 2015
Circulante								
BNDES.....	130.783	412.320	-	(371.802)	-	-	-	171.301
Não circulante								
BNDES.....	2.586.011	(412.320)	566.611	-	77.161	192.607	502.657	3.512.727
Banco do Brasil.....	211.461	-	62.224	-	18.554	5.258	73.872	371.369
Caixa Econômica Federal.....	20.555	-	-	-	1.767	-	-	22.322
	<u>2.818.027</u>	<u>(412.320)</u>	<u>628.835</u>	<u>-</u>	<u>97.482</u>	<u>197.865</u>	<u>576.529</u>	<u>3.906.418</u>
Total.....	2.948.810	-	628.835	(371.802)	97.482	197.865	576.529	4.077.719
Em dezembro de 2013								
Circulante								
BNDES.....	96.445	272.117	-	(237.779)	-	-	-	130.783
Não circulante								
BNDES.....	2.047.690	(272.117)	346.410	-	59.274	109.677	295.079	2.586.013
Banco do Brasil.....	81.412	-	120.729	-	9.520	-	-	211.461
Caixa Econômica Federal.....	-	-	19.974	-	581	-	-	20.555
	<u>2.129.102</u>	<u>(272.117)</u>	<u>487.113</u>	<u>-</u>	<u>69.175</u>	<u>109.677</u>	<u>295.079</u>	<u>2.818.029</u>
Total.....	2.225.547	-	487.113	(237.779)	69.175	109.677	295.079	2.948.812

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

	2015	2014
2016.....	-	137.981
2017.....	194.747	141.469
2018.....	214.741	142.419
2019.....	221.141	142.419
2020 em diante.....	<u>3.275.794</u>	<u>2.253.741</u>
	<u>3.906.423</u>	<u>2.818.029</u>

As eficácias previstas nos contratos assinados com os estaleiros abaixo, correspondentes ao adiantamento de 5% do valor do contrato (cláusula sétima dos contratos), foram pagas pela Transpetro no valor total de R\$ 511.550, conforme abaixo:

Estaleiro	Ano	Valor R\$ (mil)
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2007	137.556
Estaleiro Mauá Petro-UM.....	2008	32.847
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2009	65.507
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	2010	133.723
Estaleiro Rio Tietê.....	2011	21.920
Estaleiro Promar S.A.	2011	48.723
EISA Petro-Um.....	2013	<u>71.274</u>
		<u>511.550</u>

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até dezembro de 2015 foram:

Parcelas disponibilizadas de recursos	2015	2014
Transpetro através de recursos próprios.....	740.263	517.277
Eficácia.....	511.550	511.550
BNDES e Banco do Brasil - Financiamento à Transpetro.....	4.046.635	2.841.176
Juros referente ao financiamento.....	784.026	488.794
Amortizações efetuadas.....	(752.938)	(381.159)
Fiscalização Petrobras (*).....	131.374	105.442
Outros.....	<u>82.743</u>	<u>23.999</u>
Total Transpetro.....	5.543.653	4.107.079
Parcelas disponibilizadas de recursos	2015	2014
Estaleiros através de recursos próprios.....	85.789	124.179
BNDES - Financiamento aos Estaleiros.....	<u>571.671</u>	<u>1.056.150</u>
Total Estaleiro.....	657.460	1.180.329

(*) Serviços de fiscalização executado, para acompanhamento e aprovação das construções dos navios.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JORGE CELESTINO RAMOS
Presidente

ROBERTO MORO
Conselheiro

HUGO REPSOLD JUNIOR
Conselheiro

CLÁUDIO ROGÉRIO LINASSI MASTELLA
Conselheiro

MURILO FRANCISCO BARELLA
Conselheiro

RAILDO VIANA DO NASCIMENTO JÚNIOR
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTONIO RUBENS SILVA SILVINO
Presidente

PAULO PENCHINÁ CORTINES PEREIRA
Diretor

CLAUDIO RIBEIRO TEIXEIRA CAMPOS
Diretor

NILSON FERREIRA NUNES FILHO
Diretor

FERNANDO GABRIEL COUTO KAMACHE
Diretor

ROBERTO DAVID MENDES DA SILVA
Gerente Executivo

MAURICIO SERGIO ALVES MARQUES - Contador CRC-RJ-068407/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Petrobras Transporte S.A. - Transpetro

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase - Operação Lava Jato

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis, que descreve os reflexos da "Operação Lava-Jato" sobre a Companhia, abrangendo: (i) a baixa contábil de R\$ 256.664 mil nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014 referentes a gastos adicionais capitalizados indevidamente na aquisição de ativos imobilizados; e (ii) as providências que estão sendo adotadas em relação ao tema, incluindo as investigações internas que vêm sendo conduzidas por escritórios de advocacia contratado pela controladora da Companhia, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela controladora da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Conforme divulgado nas Notas 1 e 11, as operações da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 25P000160/O-5 "F" RJ

Cláudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora
CRC 1RJ087128/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2016

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração de 2015, as Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e o Orçamento de Capital para 2016, no valor de R\$ 1.278.506 mil. O Conselho Fiscal examinou, também, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2015, no valor de R\$ 1.032.969 mil, conforme a seguir: 1. Reserva Legal - R\$ 51.648 mil; 2. Reserva de Incentivos Fiscais - R\$ 31.575 mil; 3. Dividendos - R\$ 696.404 mil, sendo R\$ 253.342 mil na forma de Juros Sobre Capital Próprio (JCP). Adicionalmente, foi proposta a destinação de dividendos adicionais no valor de R\$ 252.008 mil, referentes a lucros apurados em exercícios anteriores, perfazendo um total de R\$ 1.201.753 mil a título de remuneração ao acionista.

Com base nos exames efetuados e no Parecer, sem ressalvas, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 16 de março de 2016, bem como nos trabalhos desempenhados pelo Conselho Fiscal e nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício, o Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do ano de 2016.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016.

LUIS EDUARDO QUEIROZ CASTELLO

Presidente

ALEXANDRE ANTONIO GERMANO BITTENCOURT
Conselheiro

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Conselheiro

